



MINISTÉRIO DA
DEFESA

**Demonstrações Contábeis Consolidadas e Notas Explicativas
4º Trimestre de 2023**

MINISTRO DE ESTADO DE DEFESA

José Múcio Monteiro Filho

SECRETÁRIO-GERAL

Luiz Henrique Pochyly da Costa

SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

José Roberto de Moraes Rego Paiva Fernandes Júnior

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

André Guimarães Resende Martins do Valle

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação-Geral de Contabilidade

Antônio Luiz Almeida – Coordenador-Geral

Carlos Antônio Araújo Cavalcanti – Coordenador

Ilka Aparecida Pettinati Sylvestre de Castro

Ivane de Oliveira Lopes

Juliana de Sousa Almeida Diniz

Nayara de Souza Dias

Informações

Telefone: (61) 3312-8611

Correio eletrônico: cgcont@defesa.gov.br

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Última alteração: 28/2/2024.

Sumário

Abreviações e Siglas	5
Lista de Tabelas	7
Lista de Gráficos	8
Apresentação	9
Demonstrações Contábeis Consolidadas.....	10
Balanço Patrimonial	10
Demonstração das Variações Patrimoniais	13
Balanço Orçamentário	15
Balanço Financeiro	17
Demonstração dos Fluxos de Caixa	19
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	21
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas	23
1 - Base de Elaboração das Demonstrações e das Práticas Contábeis	23
2 – Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	23
3 – Caixa e Equivalente de Caixa	28
4 - Créditos a Receber	29
5 – Estoques	32
6 – Imobilizado	33
a-) Bens Móveis	34
b-) Bens Imóveis.....	35
7 – Intangível.....	37
8 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Curto Prazo	38
9 – Empréstimos e Financiamentos – Curto e Longo Prazo	39
10 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Longo Prazo	40
11 – Provisões do Sistema de Proteção dos Militares das Forças Armadas (SPMFA)	41
11.1 - Provisões para Benefícios com Militares Inativos	42
Premissas atuariais e financeiras das Provisões para Benefícios com Militares Inativos	44
11.1.1 - Tábuas biométricas	44
11.1.2 - Taxa de rotatividade	45
11.1.3 - Taxa de Juros.....	45
11.1.4 - Taxa de Inflação	45
11.1.5 - Crescimento da remuneração e proventos.....	45
11.1.6 - Valor do benefício	45
11.1.7 - Reposição de militares	46
11.1.8 - Alíquotas e Base de Contribuição.....	46
11.1.9 - Idade de entrada nas Forças Armadas	46
11.1.10 - Regra de transferência para a inatividade remunerada.....	46
11.1.11 - Compensação Financeira entre contribuições para pensão militar e regimes previdenciários	46
11.1.12 - Horizonte Temporal Avaliado.....	46
11.2 – Provisões de Pensões Militares	46
Premissas atuariais e financeiras das Provisões Pensões de Militares.....	48
11.2.1 - Tábuas biométricas	48
11.2.2 - Taxa de Rotatividade.....	48
11.2.3 - Taxa de juros	48
11.2.4 - Taxa de inflação	48
11.2.5 - Crescimento da remuneração, proventos e benefícios.....	48
11.2.6 - Valor do benefício	48
11.2.7 - Reposição de militares	48
11.2.8 - Alíquotas e Base de Contribuição.....	48
11.2.9 - Composição familiar.....	49
11.3 – Provisão para Reparações a Anistiados Militares	49
Premissas atuariais e financeiras das Provisões para Reparações a Anistiados Militares	51
11.3.1 - Tábuas biométricas	51
11.3.2 – Composição Familiar	51
11.3.3 – Taxa de rotatividade.....	51

11.3.4 – Taxa de juros	51
11.3.5 – Taxa de inflação.....	51
11.3.6 – Crescimento da remuneração e proventos	51
11.3.7 – Valor do benefício	51
11.3.8 – Reposição de militares	51
11.3.9 – Alíquotas e Base de Contribuição.....	51
11.3.10 – Idade de entrada nas Forças Armadas	51
11.3.11 – Regra de transferência para a inatividade remunerada.....	51
11.3.12 – Compensação Financeira entre as contribuições para a pensão militar e os regimes previdenciários.....	52
11.3.13 – Horizonte Temporal avaliado	52
11.4 – Provisão para Pensões Especiais de Militares	52
Premissas atuariais e financeiras das Provisões de Pensões Especiais de Militares	53
11.4.1 - Tábuas biométricas	53
11.4.2 – Composição Familiar	53
11.4.3 – Taxa de rotatividade.....	54
11.4.4 – Taxa de juros	54
11.4.5 – Taxa de inflação.....	54
11.4.6 – Crescimento da remuneração e proventos.....	54
11.4.7 – Valor do benefício	54
11.4.8 – Reposição de militares	54
11.4.9 – Alíquotas e Base de Contribuição.....	54
11.4.10 – Idade de entrada nas Forças Armadas	54
11.4.11 – Regra de transferência para a inatividade remunerada.....	54
11.4.12 – Compensação Financeira entre as contribuições para a pensão militar e os regimes previdenciários.....	54
11.4.13 – Horizonte Temporal avaliado	54
11.5 – Testes de Sensibilidade	54
11.5.1 – Sensibilidade sobre taxa de juros	54
11.5.2 – Sensibilidade dos efeitos das tábuas biométricas	56
11.6 – Das Incertezas da Estimativa	57
11.6.1 – Proventos de Militares Inativos.....	57
11.6.2 – Pensões de Militares	57
11.6.3 – Pensões Especiais de Militares e Anistiados Militares.....	58
11.7 – Riscos Arelados aos Benefícios Avaliados	58
12 – Demais Obrigações a Curto Prazo	58
13 - Obrigações Contratuais a Executar	59
14 – Receita Orçamentária.....	60
15 – Receitas de Contribuições	61
16 - Receitas de Serviços	61
17 – Receitas Patrimoniais	62
18 – Receita de Alienação de Bens.....	63
19 – Despesas Orçamentárias	64
20 – Despesas com Pessoal e Encargos.....	65
21 – Outras Despesas Correntes	66
22 – Despesas de Investimentos	66
23 - Restos a Pagar	67
24 – Ativos Contingentes – Bens Imóveis.....	69
25 – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC.....	70
26 – Demais Reservas.....	70
27 - Conformidade Contábil	71
28 – Declaração do Contador	72

Abreviações e Siglas

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AFAC	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
AH	Análise Horizontal
AMAZUL	Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A
AV	Análise Vertical
BGU	Balanço Geral da União
BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CASNAV	Centro de Análises de Sistemas Navais
CCCPM	Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha
CDB	Certificado de Depósito Bancário
CCONT	Coordenação-Geral de Contabilidade da União
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CNO	Construtora Norberto Odebrecht S.A.
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CONFEA	Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
CP	Curto Prazo
CTU	Conta Única
DCON	Demonstrações Contábeis Consolidadas do Ministério da Defesa
D CONT	Diretoria de Contabilidade – Comando do Exército
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DFM	Diretoria de Finanças da Marinha
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
EB	Exército Brasileiro
FAB	Força Aérea Brasileira
FCVS	Fundo de Compensação de Variações Salariais
LOA	Lei Orçamentária Anual
LP	Longo Prazo
MB	Marinha do Brasil
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MD	Ministério da Defesa
MF	Ministério da Fazenda
MGISP	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica do Setor Público
NE	Nota Explicativa
NS	Nota de Sistema
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PIB	Produto Interno Bruto
PJ	Pessoa Jurídica
PROSUB	Programa de Desenvolvimento de Submarinos
PUC	Crédito Unitário Projetado
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RIP	Registro Imobiliário Patrimonial
RP	Restos a Pagar
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados

RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
R\$	Real
SEORI	Secretaria de Organização Institucional e Orçamento
SEPESD	Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SG	Secretaria-Geral do Ministério da Defesa
Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPA	Sistema Integrado de Administração Patrimonial
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SPREV	Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda
SPSMFA	Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas
SPU	Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUCON	Subsecretaria de Contabilidade da União
TCU	Tribunal de Contas da União
TED	Termo de Execução Descentralizada
UG	Unidade Gestora
USA	Estados Unidos da América
VPA	Varição Patrimonial Aumentativa
VPD	Varição Patrimonial Diminutiva

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Caixa e Equivalente de Caixa - Por Órgão.....	28
Tabela 2 - Caixa e Equivalente de Caixa – Composição	28
Tabela 3- Créditos e Valores a Curto e Longo Prazos por Órgão	29
Tabela 4 – Créditos a Receber – Distribuição por Órgão	30
Tabela 5 - Demais Créditos a Receber - Composição	30
Tabela 6 - Adiantamento a Fornecedores - Distribuição	31
Tabela 7 – Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada	31
Tabela 8 – Créditos por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU – Composição	31
Tabela 9 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos – Distribuição quanto à Liquidez	32
Tabela 10 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos – Distribuição por Unidade Gestora	32
Tabela 11 - Estoques por Órgão	32
Tabela 12 - Estoques - Composição.....	33
Tabela 13 – Ativo Imobilizado – Bens Móveis por Órgão	34
Tabela 14 - Ativo Imobilizado – Bens Móveis: Composição.....	34
Tabela 15 – Ativo Imobilizado – Bens Imóveis por Órgão	35
Tabela 16 - Ativo Imobilizado – Bens Imóveis: Composição.....	35
Tabela 17- Bens Imóveis de Uso Especial - Composição.....	36
Tabela 18 – Intangível por Órgão	37
Tabela 19 - Intangível – Composição	38
Tabela 20 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar por Órgão.....	38
Tabela 21 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar CP	39
Tabela 22 – Empréstimos e Financiamentos Curto e Longo Prazos	39
Tabela 23 – Empréstimos e Financiamentos – Exigibilidade	39
Tabela 24 - Fornecedores e Contas a Pagar por Órgão	40
Tabela 25 - Fornecedores e Contas a Pagar – Composição	40
Tabela 26 - Fornecedores e Contas a Pagar - Fornecedor e Contratante.....	41
Tabela 27 - Provisões Detalhadas por Conta Contábil.....	42
Tabela 28 - Provisões.....	42
Tabela 29 - Composição das Provisões de Militares Inativos – Forças Armadas	43
Tabela 30 – Composição das Provisões de Militares Inativos – Marinha do Brasil (MB).....	44
Tabela 31 – Composição das Provisões Militares Inativos – Exército Brasileiro (EB)	44
Tabela 32 – Composição das Provisões Militares Inativos – Força Aérea Brasileira (FAB)	44
Tabela 33 – Tábuas Biométricas Seleccionadas	45
Tabela 34 – Provisões de Pensões de Militares.....	46
Tabela 35 – Composição das Provisões de Pensões de Militares – Forças Armadas	47
Tabela 36 – Composição das Provisões de Pensões de Militares – Marinha do Brasil	47
Tabela 37 – Composição das Provisões de Pensões de Militares – Exército Brasileiro	47
Tabela 38 – Composição das Provisões de Pensões de Militares – Força Aérea Brasileira	48
Tabela 39 – Provisões de Reparações a Anistiados Militares	49
Tabela 40 – Composição das Provisões de Anistiados – Forças Armadas	50
Tabela 41 – Composição das Provisões de Anistiados – Marinha do Brasil	50
Tabela 42 – Composição das Provisões de Anistiados – Exército Brasileiro	50
Tabela 43 – Composição das Provisões de Anistiados – Força Aérea Brasileira	51
Tabela 44 – Provisões de Pensões Especiais de Militares.....	52
Tabela 45 – Composição das Provisões de Pensões Especiais – Forças Armadas	53
Tabela 46 – Composição das Provisões de Pensões Especiais – Marinha do Brasil.....	53
Tabela 47 – Composição das Provisões de Pensões Especiais – Exército Brasileiro	53
Tabela 48 – Composição das Provisões de Pensões Especiais – Força Aérea Brasileira	53
Tabela 49 – Sensibilidade da Taxa de Juros – Passivo de Militares Inativos.....	55
Tabela 50 – Sensibilidade da Taxa de Juros – Passivo das Pensões Militares.....	55
Tabela 51 – Sensibilidade da Taxa de Juros – Passivo de Anistiados Militares.....	55
Tabela 52 – Sensibilidade da Taxa de Juros – Passivo das Pensões Especiais de Militares	56
Tabela 53 – Sensibilidade das Tábuas Biométricas – Militares Inativos	56
Tabela 54 – Sensibilidade das Tábuas Biométricas – Pensões de Militares.....	56

Tabela 55 – Sensibilidade das Tábuas Biométricas – Anistiados Militares	57
Tabela 56 – Sensibilidade das Tábuas Biométricas – Pensões Especiais Militares	57
Tabela 57 – Demais Obrigações a Curto Prazo por Órgão	58
Tabela 58 - Demais Obrigações a Curto Prazo - por Grupos.....	58
Tabela 59 - Transferências Financeiras a Comprovar -TED por Órgão	58
Tabela 60 - Obrigações Contratuais - Por Órgão	59
Tabela 61 - Obrigações Contratuais - Composição	59
Tabela 62 - Obrigações Contratuais - Por Contratado	60
Tabela 63 - Execução da Receita Orçamentária	61
Tabela 64 - Receitas de Contribuições.....	61
Tabela 65 - Execução da Receitas de Serviços por Órgão.....	62
Tabela 66 - Receitas Patrimoniais.....	62
Tabela 67 - Receita de Alienação de Bens	63
Tabela 68 - Despesas Orçamentárias por Órgão	64
Tabela 69 - Despesa Orçamentária por Categoria Econômica e Grupo da Despesa.....	64
Tabela 70 - Pessoal e Encargos	65
Tabela 71 - Despesas Empenhadas - Outras Despesas Correntes	66
Tabela 72 - Despesas Orçamentárias – Investimentos	67
Tabela 73 – Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados	67
Tabela 74 – Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados.....	68
Tabela 75 – Ativos Contingentes – Bens Imóveis	69
Tabela 76 – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	70
Tabela 77 – Demais Reservas - Composição.....	70
Tabela 78 – Reavaliação de Bens Imóveis – RIP	70
Tabela 79 – Restrições Contábeis no Mês de Dezembro de 2023.....	71

Lista de Gráficos

Gráfico 1- Aplicações Financeiras – Conta Única	29
Gráfico 2 - Material de Consumo – Estoque Interno para Distribuição	33
Gráfico 3 - Aquartelamentos	37
Gráfico 4 - Receitas de Serviços - Composição	62
Gráfico 5- Receitas Patrimoniais – Composição	63
Gráfico 6 - Receita de Alienação de Bens	63
Gráfico 7 - Despesas Orçamentárias	64
Gráfico 8 - Despesas com Pessoal e Encargos	65
Gráfico 9- Outras Despesas Correntes por Órgão	66
Gráfico 10- Despesa Orçamentária - Investimentos	67
Gráfico 11- Execução dos Restos a Pagar Não Processados	68
Gráfico 12 - Execução dos Restos a Pagar Processados	69

Apresentação

O Ministério da Defesa - MD é o Órgão do Governo Federal incumbido de exercer a direção superior das Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Ministério da Defesa – DCON são assim constituídas:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII. Notas Explicativas (NE).

As DCON são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986; da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001; e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Observam, também, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e o Manual Siafi, da Secretaria do Tesouro Nacional, e foram emitidas em nível de consolidação de “Órgão Superior” e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial dos Órgãos constantes da tabela abaixo:

Órgãos que compõem o Órgão Superior Ministério da Defesa

52000	Ministério da Defesa
52131	Comando da Marinha
31280	Caixa de Construções de Casas para Pessoal da Marinha do Brasil
52132	Fundo Naval
52133	Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo
52233	Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.
52121	Comando do Exército
52221	Indústria de Material Bélico do Brasil
52222	Fundação Osório
52904	Fundo do Exército
52111	Comando da Aeronáutica
52211	Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica
52911	Fundo Aeronáutico

Demonstrações Contábeis Consolidadas
Balanco Patrimonial

R\$ milhares

ATIVO	NE	Dez/2023	Dez/2022
ATIVO CIRCULANTE		44.435.593	41.276.987
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>3</u>	25.809.701	24.143.143
Créditos a Curto Prazo	<u>4</u>	2.001.172	2.181.811
Clientes		248.970	147.891
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	<u>4</u>	172.684	158.848
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	<u>4</u>	1.664.204	1.947.476
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo		-84.687	-72.404
Estoques	<u>5</u>	16.624.696	14.952.016
VPDs Pagas Antecipadamente		25	16
ATIVO NÃO CIRCULANTE		366.403.928	361.466.388
Ativo Realizável a Longo Prazo	<u>4</u>	1.185.794	1.018.775
Créditos a Longo Prazo	<u>4</u>	1.184.176	1.017.157
Créditos Tributários a Receber		10	-
Clientes		2.412	1.742
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	<u>4</u>	913.123	818.145
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	<u>4</u>	364.322	350.110
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		-95.690	-152.840
Estoques		1.618	1.618
Investimentos		2.303	2.303
Participações Permanentes		2.003	2.003
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		2.003	2.003
Propriedades para Investimento		300	300
Propriedades para Investimento		300	300
Imobilizado	<u>6</u>	357.995.541	353.671.195
Bens Móveis		83.098.928	81.520.219
Bens Móveis		93.055.064	90.269.498
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumuladas de Bens Móveis		-9.835.461	-8.628.410
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-120.675	-120.869
Bens Imóveis		274.896.613	272.150.976
Bens Imóveis		275.412.087	272.606.326
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumuladas de Bens Imóveis		-515.474	-455.351
Intangível	<u>7</u>	7.220.290	6.774.116
Softwares		629.735	537.079
Softwares		699.598	596.253
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-69.863	-59.174
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		0	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		6.590.425	6.237.036
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		6.790.272	6.400.323
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-199.847	-163.287
Direitos de Uso de Imóveis		130	-
Direitos de Uso de Imóveis		130	-
TOTAL DO ATIVO		410.839.521	402.743.374

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	Dez/2023	Dez/2022
PASSIVO CIRCULANTE		67.758.659	61.831.744
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	<u>8</u>	5.216.256	5.071.274
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	<u>9</u>	2.657.351	3.086.463
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	<u>10</u>	339.824	553.006
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		413	210
Transferências Fiscais a Curto Prazo		27.550	26.546
Provisões a Curto Prazo	<u>11</u>	52.566.405	46.808.529
Demais Obrigações a Curto Prazo	<u>12</u>	6.950.859	6.285.716
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		818.333.010	840.977.567
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	<u>9</u>	14.758.127	13.841.997
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	<u>10</u>	1.843	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		2.187	2.584
Provisões a Longo Prazo	<u>11</u>	803.565.527	827.127.322
Demais Obrigações a Longo Prazo		5.257	5.472
Resultado Diferido		69	193
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		886.091.669	902.809.312
Patrimônio Social e Capital Social		405.041	404.337
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	<u>25</u>	35.020	28.204
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-60.664.695	-
Reservas de Lucros		111.434	111.434
Demais Reservas	<u>26</u>	29.615.020	55.127
Resultados Acumulados		-444.753.968	-500.665.039
Resultado do Exercício		10.559.343	-41.207.247
Resultados de Exercícios Anteriores		-521.719.133	-559.686.391
Ajustes de Exercícios Anteriores		66.405.823	100.228.599
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-475.252.148	-500.065.937
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		410.839.521	402.743.374

Fonte: Siafi, em 15/2/2024.

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

R\$ milhares

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Dez/2023	Dez/2022	ESPECIFICAÇÃO	Dez/2023	Dez/2022
ATIVO FINANCEIRO	26.002.281	24.700.311	PASSIVO FINANCEIRO	16.725.255	16.979.611
ATIVO PERMANENTE	384.837.240	378.043.063	PASSIVO PERMANENTE	879.618.404	896.425.904
SALDO PATRIMONIAL	485.504.138	510.662.141			

Fonte: Siafi, em 15/2/2024.

Quadro das Contas de Compensação

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	NE	Dez/2023	Dez/2022
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		34.608.958	37.177.877
Execução dos Atos Potenciais Ativos		34.608.958	37.177.877
Garantias e Contragarantias Recebidas		11.164.069	12.019.761
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		3.412.042	2.820.360
Direitos Contratuais		20.032.847	22.337.756
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		34.608.958	37.177.877
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		81.669.679	83.380.402
Execução dos Atos Potenciais Passivos		81.669.679	83.380.402
Garantias e Contragarantias Concedidas		774	774
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		4.162.042	2.813.512
Obrigações Contratuais	<u>13</u>	77.506.863	80.566.116
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		81.669.679	83.380.402

Fonte: Siafi, em 15/2/2024.

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial R\$ milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-4.952.117
Recursos Vinculados	14.229.144
Educação	-151
Seguridade Social (Exceto Previdência)	271.938
Dívida Pública	-758.371
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	14.715.399
Recursos Não Classificados	329
TOTAL	9.277.027

Fonte: Siafi, em 15/2/2024.

Demonstração das Variações Patrimoniais

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÕES	NE	Dez/2023	Dez/2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		491.971.406	1.039.845.646
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		74.492	199.931
Taxas		74.492	199.931
Contribuições		9.099.754	8.805.266
Contribuições Sociais		9.099.851	8.805.236
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-97	30
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		3.719.361	3.328.970
Venda de Mercadorias		69.480	57.111
Vendas de Produtos		137.094	94.500
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		3.512.787	3.177.359
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		8.778.460	14.415.239
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		79.957	75.890
Juros e Encargos de Mora		34.153	20.457
Variações Monetárias e Cambiais		6.770.362	12.762.246
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		1.893.988	1.556.646
Transferências e Delegações Recebidas		447.905.412	954.855.060
Transferências Intragovernamentais		392.692.728	907.177.471
Transferências Intergovernamentais		42.757	18.945
Transferências de Pessoas Físicas		20	382
Outras Transferências e Delegações Recebidas		55.169.908	47.658.262
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		8.290.627	35.387.151
Reavaliação de Ativos		-	25.965.615
Ganhos com Alienação		31.547	52.396
Ganhos com Incorporação de Ativos		6.389.921	6.244.018
Ganhos com Desincorporação de Passivos		1.869.160	3.125.122
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		14.103.300	22.854.030
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		329	-
Resultado Positivo de Participações		176	173
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		11.758.159	20.608.361
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		2.344.636	2.245.496

ESPECIFICAÇÕES	NE	Dez/2023	Dez/2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		481.412.063	1.081.052.894
Pessoal e Encargos		37.351.336	36.832.561
Remuneração a Pessoal		33.995.095	33.480.144
Encargos Patronais		430.440	413.987
Benefícios a Pessoal		2.783.986	2.778.107
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		141.816	160.323
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		60.858.509	58.776.329
Aposentadorias e Reformas		32.751.833	31.571.725
Pensões		27.857.608	26.933.416
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		249.068	271.188
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		15.989.811	15.149.259
Uso de Material de Consumo		5.905.027	5.534.012
Serviços		7.909.021	7.640.832
Depreciação, Amortização e Exaustão		2.175.763	1.974.415
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		7.420.752	9.030.278
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		1.025.509	865.442
Juros e Encargos de Mora		2.087	2.885
Variações Monetárias e Cambiais		6.383.628	8.149.970
Descontos Financeiros Concedidos		2.651	3.175
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		6.877	8.806
Transferências e Delegações Concedidas		344.119.781	849.020.709
Transferências Intragovernamentais		287.374.049	804.381.848
Transferências Intergovernamentais		1.017.182	704.418
Transferências a Instituições Privadas		36	118
Transferências ao Exterior		1.735	536
Execução Orçamentária Delegada a Entes		1.409	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		55.725.371	43.933.788
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		14.899.938	9.792.466
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas		7.069.822	1.725.455
Perdas com Alienação		12.961	189.797
Perdas Involuntárias		159.391	249.651
Incorporação de Passivos		4.344.467	4.488.753
Desincorporação de Ativos		3.313.297	3.138.810
Tributárias		48.891	48.817
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		17.710	17.445
Contribuições		31.181	31.373
Custo - Mercadorias, Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados		33.529	38.265
Custo das Mercadorias Vendidas		6.496	6.947
Custos dos Produtos Vendidos		27.033	31.318
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		689.516	102.364.208
Premiações		401	328
Incentivos		8.627	8.550
Constituição de Provisões		495.744	102.169.166
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		184.744	186.165
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		10.559.343	-41.207.247

Fonte: Siafi, em 2/2/2024.

Balanco Orçamentário

R\$ milhares

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	<u>14</u>	18.645.065	18.645.065	17.208.725	-1.436.340
Receitas Tributárias		119.909	119.909	53.717	-66.191
Taxas		119.909	119.909	53.717	-66.191
Receitas de Contribuições	<u>15</u>	11.274.144	11.274.144	11.420.974	146.830
Contribuições Sociais		11.069.989	11.069.989	11.171.931	101.942
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		204.155	204.155	249.043	44.888
Receita Patrimonial	<u>17</u>	4.341.621	4.341.621	2.494.168	-1.847.452
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		225.177	225.177	201.792	-23.385
Valores Mobiliários		1.364.924	1.364.924	1.860.531	495.607
Exploração de Recursos Naturais		2.317.674	2.317.674	-	-2.317.674
Cessão de Direitos		433.845	433.845	431.846	-2.000
Receita Industrial		63.148	63.148	60.950	-2.198
Receitas de Serviços	<u>16</u>	2.530.621	2.530.621	2.805.612	274.991
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		139.127	139.127	196.349	57.222
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		2.248.607	2.248.607	2.526.500	277.892
Serviços e Atividades Referentes à Saúde		7.614	7.614	-11.621	-19.235
Serviços e Atividades Financeiras		88.840	88.840	77.325	-11.515
Outros Serviços		46.434	46.434	17.060	-29.373
Transferências Correntes		3.270	3.270	42.877	39.607
Outras Receitas Correntes		312.352	312.352	330.425	18.074
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		19.453	19.453	22.950	3.497
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		245.056	245.056	269.960	24.904
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital		88	88	100	12
Demais Receitas Correntes		47.754	47.754	37.416	-10.339
RECEITAS DE CAPITAL	<u>14</u>	1.890.563	1.890.563	1.705.269	-185.294
Operações de Crédito	<u>14</u>	1.661.747	1.661.747	1.517.219	-144.528
Operações de Crédito Externas		1.661.747	1.661.747	1.517.219	-144.528
Alienação de Bens	<u>18</u>	26.122	26.122	42.284	16.162
Alienação de Bens Móveis		13.472	13.472	40.347	26.875
Alienação de Bens Imóveis		12.650	12.650	1.937	-10.713
Amortização de Empréstimos	<u>14</u>	158.844	158.844	145.867	-12.977
Transferências de Capital		43.850	43.850	-101	-43.951
SUBTOTAL DE RECEITAS		20.535.628	20.535.628	18.913.993	-1.621.634
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		20.535.628	20.535.628	18.913.993	-1.621.634
DEFICIT		-	-	103.468.903	103.468.903
TOTAL		20.535.628	20.535.628	122.382.896	101.847.268
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		-	1.677.939	-	-1.677.939
Superávit Financeiro		-	372.804	-	-
Excesso de Arrecadação		-	590	-	-
Créditos Cancelados		-	1.304.544	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	<u>19</u>	110.785.892	113.063.021	112.875.574	108.891.990	102.847.160	187.448
Pessoal e Encargos Sociais	<u>20</u>	94.605.323	95.790.087	95.467.533	95.453.701	89.817.182	322.554
Juros e Encargos da Dívida		1.155.759	1.155.759	575.995	575.289	575.289	579.765
Outras Despesas Correntes	<u>21</u>	15.024.810	16.117.175	16.832.046	12.863.000	12.454.689	-714.871
DESPESAS DE CAPITAL	<u>19</u>	9.869.623	9.310.133	8.525.047	5.045.313	4.989.320	785.086
Investimentos	<u>22</u>	8.662.203	8.102.123	8.303.807	4.887.575	4.831.581	-201.684
Inversões Financeiras	<u>18</u>	250.438	251.028	202.984	143.929	143.929	48.044
Amortização da Dívida	<u>18</u>	956.982	956.982	18.256	13.809	13.809	938.726
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		1.215.883	1.176.183	-	-	-	1.176.183
SUBTOTAL DAS DESPESAS		121.871.398	123.549.337	121.400.621	113.937.303	107.836.479	2.148.716
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANC.		982.275	982.275	982.275	982.275	982.275	-
Amortização da Dívida Externa	<u>18</u>	982.275	982.275	982.275	982.275	982.275	-
Outras Dívidas		982.275	982.275	982.275	982.275	982.275	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		122.853.673	124.531.612	122.382.896	114.919.578	108.818.755	2.148.716
TOTAL		122.853.673	124.531.612	122.382.896	114.919.578	108.818.755	2.148.716

Fonte: Siafi, em 2/2/2024.

Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados

R\$ milhares

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
DESPESAS CORRENTES		526.587	4.038.135	3.842.986	3.816.671	112.077	635.974
Pessoal e Encargos Sociais		31	8.636	8.338	8.338	328	0
Juros e Encargos da Dívida		-	609	609	609	-	-
Outras Despesas Correntes		526.556	4.028.890	3.834.039	3.807.724	111.749	635.974
DESPESAS DE CAPITAL		1.395.938	4.592.805	3.598.752	3.582.802	114.884	2.291.058
Investimentos		1.372.165	4.458.904	3.483.374	3.467.465	96.884	2.266.719
Inversões Financeiras		23.773	114.049	113.232	113.191	292	24.338
Amortização da Dívida		-	19.853	2.145	2.145	17.708	0
TOTAL	<u>23</u>	1.922.525	8.630.940	7.441.737	7.399.472	226.961	2.927.031

Fonte: Siafi, em 2/2/2024.

Quadro de Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

R\$ milhares

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
DESPESAS CORRENTES		3.245	5.897.563	5.897.506	1.976	1.327
Pessoal e Encargos Sociais		-	5.457.075	5.457.071	4	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		3.245	440.488	440.435	1.971	1.327
DESPESAS DE CAPITAL		23.613	64.644	64.746	176	23.335
Investimentos		23.613	64.604	64.705	176	23.335
Inversões Financeiras		-	40	40	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
TOTAL	<u>23</u>	26.858	5.962.207	5.962.251	2.152	24.662

Fonte: Siafi, em 2/2/2024.

Balanço Financeiro

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	NE	Dez/2023	Dez/2022
INGRESSOS			
Receitas Orçamentárias		18.913.993	18.780.806
Ordinárias		67.110	52.272
Vinculadas		19.183.335	18.958.251
Seguridade Social (Exceto Previdência)		11.324.907	10.837.997
Dívida Pública		2	2.075.652
Alienação de Bens e Direitos		-	67.034
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		7.857.747	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		-	5.511.129
Outros Recursos Vinculados		-	466.439
Recursos não Classificados		679	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-336.452	-229.717
Transferências Financeiras Recebidas		360.385.871	349.828.840
Resultantes da Execução Orçamentária		339.204.342	334.299.480
Cota Recebida		112.015.870	109.195.557
Repassé Recebido		116.498.376	116.611.881
Sub-repassé Recebido		110.363.425	108.446.023
Repassé Devolvido		202.177	27.671
Sub-repassé Devolvido		124.495	18.349
Independentes da Execução Orçamentária		21.181.529	15.529.360
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		12.053.325	10.118.803
Demais Transferências Recebidas		43.675	19.917
Movimentação de Saldos Patrimoniais		5.930.507	5.390.638
Movimentação para Incorporação de Saldos		3.154.022	1
Recebimentos Extraorçamentários		17.689.742	18.167.659
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		6.100.824	5.910.789
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		7.463.318	8.784.379
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.790.522	3.372.378
Outros Recebimentos Extraorçamentários		335.078	100.114
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		13	19
Restituições a Pagar		-	20
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		17	2
Variação Cambial		2.482	4.040
Valores para Compensação			0
Valores em Trânsito		332.566	-
Demais Recebimentos		-	96.033
Saldo do Exercício Anterior		24.143.143	22.675.778
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>3</u>	24.143.143	22.675.778
TOTAL		421.132.749	409.453.083

Fonte: Siafi, em 02/02/2024.

ESPECIFICAÇÃO	NE	Dez/2023	Dez/2022
DISPÊNDIOS			
Despesas Orçamentárias		122.382.896	121.819.757
Ordinárias		96.287.540	81.050.521
Vinculadas		26.095.356	40.769.236
Educação		2.166	5.068
Seguridade Social (Exceto Previdência)		14.917.568	30.491.149
Dívida Pública		3.088.024	3.856.595
Alienação de Bens e Direitos		-	39.372
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		8.087.598	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		-	6.377.052
Transferências Financeiras Concedidas		255.052.211	247.022.697
Resultantes da Execução Orçamentária		226.572.488	224.350.261
Repassé Concedido		115.780.843	115.834.555
Sub-repassé Concedido		110.362.955	108.446.023
Cota Devolvida		102.032	23.619
Repassé Devolvido		202.177	27.671
Sub-repassé Devolvido		124.480	18.394
Independentes da Execução Orçamentária		28.479.723	22.672.436
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		10.045.650	8.049.746
Demais Transferências Concedidas		65.572	68.539
Movimento de Saldos Patrimoniais		15.214.479	14.554.149
Movimento para Incorporação de Saldos		3.154.022	2
Pagamentos Extraorçamentários		17.887.941	16.467.485
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		5.962.251	6.137.937
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		7.399.472	5.778.570
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.852.858	3.565.494
Outros Pagamentos Extraorçamentários		673.360	985.484
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		8	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		140.623	352.739
Variação Cambial		74.189	43.819
Valores em Trânsito		-	481.930
Ajuste Acumulado de Conversão		301.473	106.996
Demais Pagamentos		157.066	-
Saldo para o Exercício Seguinte		25.809.701	24.143.143
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	25.809.701	24.143.143
TOTAL		421.132.749	409.453.083

Fonte: Siafi, em 02/02/2024.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÕES	NE	Dez/2023	Dez/2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		8.879.362	8.264.455
INGRESSOS		381.720.082	369.800.040
Receita Tributária		53.717	141.338
Receita de Contribuições		11.420.974	11.370.376
Receita Patrimonial		633.814	624.383
Receita Industrial		60.950	58.561
Receita de Serviços		2.805.612	2.587.720
Remuneração das Disponibilidades		1.860.354	1.543.845
Outras Receitas Derivadas e Originárias		330.425	153.178
Transferências Recebidas		42.777	19.327
Intergovernamentais		42.757	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal		40.309	-
Dos Municípios		2.447	-
Outras Transferências Recebidas		20	19.327
Outros Ingressos Operacionais		364.511.458	353.301.312
Ingressos Extraorçamentários		3.790.522	3.372.378
Restituições a Pagar		-	20
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		17	2
Transferências Financeiras Recebidas		360.385.871	349.828.840
Variação Cambial		2.482	4.040
Valores para Compensação		-	0
Valores em Trânsito		332.566	-
Demais Recebimentos		-	96.033

ESPECIFICAÇÕES	NE	Dez/2023	Dez/2022
DESEMBOLSOS		-372.840.720	-361.535.585
Pessoal e Demais Despesas		-111.246.541	-108.236.720
Legislativo		-3	-
Judiciário		-4.510	-88.043
Administração		-8.093	-7.509
Defesa Nacional		-80.721.201	-78.677.895
Segurança Pública		-506.444	-527.031
Relações Exteriores		-4.310	-1.080
Assistência Social		-1.678	-1.923
Previdência Social		-29.141.499	-28.097.411
Saúde		-154.048	-136.355
Educação		-7.048	-9.547
Cultura		-200	-
Direitos da Cidadania		-1.699	-1.240
Gestão Ambiental		-4.367	-301
Ciência e Tecnologia		-21.148	-26.944
Agricultura		-11	-
Indústria		-165	-6.442
Comércio e Serviços		-	-339
Comunicações		-1.832	-21
Energia		-9.760	-10.368
Transporte		-12.839	-9.710
Desporto e Lazer		-22.318	-17.217
Encargos Especiais		-623.380	-617.363
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		13	19
Juros e Encargos da Dívida		-575.898	-591.849
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		-1.944	-2.389
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		-414.483	-433.877
Outros Encargos da Dívida		-159.471	-155.583
Transferências Concedidas		-1.439.853	-1.133.341
Intergovernamentais		-656.788	-456.840
A Estados e/ou Distrito Federal		-91.785	-92.229
A Municípios		-565.003	-364.611
Intragovernamentais		-478.945	-443.652
Outras Transferências Concedidas		-304.120	-232.848
Outros Desembolsos Operacionais		-259.578.429	-251.573.674
Dispêndios Extraorçamentários		-3.852.858	-3.565.494
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-8	-
Transferências Financeiras Concedidas		-255.052.211	-247.022.697
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-140.623	-352.739
Variação Cambial		-74.189	-43.819
Valores em Trânsito			-481.930
Ajuste Acumulado de Conversão		-301.473	-106.996
Demais Pagamentos		-157.066	-

ESPECIFICAÇÕES	NE	Dez/2023	Dez/2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-7.731.793	-7.665.610
INGRESSOS		188.150	206.427
Alienação de Bens		42.284	63.929
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		145.867	142.497
DESEMBOLSOS		-7.919.944	-7.872.037
Aquisição de Ativo Não Circulante		-4.826.571	-5.253.773
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-231.435	-188.919
Outros Desembolsos de Investimentos		-2.861.937	-2.429.345
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		518.989	868.521
INGRESSOS		1.517.219	2.075.652
Operações de Crédito		1.517.219	2.075.652
DESEMBOLSOS		-998.230	-1.207.131
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-998.230	-1.207.131
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.666.557	1.467.366
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	<u>3</u>	24.143.143	22.675.778
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	<u>3</u>	25.809.701	24.143.143

Fonte: Siafi, em 2/2/2024.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

R\$ milhares

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	AFAC	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2022	402.576	20.997	-	111.611	54.061	-4.469.261	-	-	-3.880.015
Varição Cambial	-	-	-	-	-3	-242.576	-	-	-242.579
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	5.010	-	-	-	-454.672.868	-	-	-454.667.858
Aumento/Redução de Capital	1.761	2.169	-	-	-	-27	-	-	3.903
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	1.069	-73.960	-	-	-72.891
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-41.207.247	-	-	-41.207.247
Constituição/Reversão de Reservas	-	27	-	-177	-	900	-	-	750
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2022	404.337	28.204	-	111.434	55.127	-500.665.039	-	-	-500.065.937

R\$ milhares

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	AFAC	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2023	404.337	28.204	-	111.434	55.127	-500.665.039	-	-	-500.065.937
Variação Cambial	-	-	-	-	-3	-337.692	-	-	-337.695
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	2.181	-	-	5.917.233	66.528.687	-	-	72.448.101
Aumento/Redução de Capital	704	4.215	-	-	-	-103.742	-	-	-98.823
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	23.642.663	-20.717.232	-	-	2.925.431
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-60.664.695	-	-60.664.695
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	10.559.343	-	-	10.559.343
Constituição/Reversão de Reservas	-	421	-	-	-	-18.292	-	-	-17.871
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2023	405.041	35.020	-	111.434	29.615.020	-444.753.968	-60.664.695	-	-475.252.148

Fonte: Siafi, em 15/2/2024.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

1 - Base de Elaboração das Demonstrações e das Práticas Contábeis

1.1 Base de Elaboração

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Ministério da Defesa foram elaboradas em estrita observância aos dispositivos da Lei nº 4.320/1964; do Decreto-Lei nº 200/1967; do Decreto nº 93.872/1986; da Lei nº 10.180/2001; e da Lei Complementar nº 101/2000 e abrangem também as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP do Conselho Federal de Contabilidade - CFC; e as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e no Manual Siafi, ambos publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e buscam esclarecer e detalhar as informações, sendo peças fundamentais para sua melhor compreensão e análise.

1.2 Uso de Estimativas e Julgamentos

Para a elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as NBC TSP do CFC e as orientações contidas no MCASP, é exigido que o Órgão faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados a ativos, passivos, receitas e despesas.

As principais estimativas e premissas estão relacionadas a seguir:

- a) Imobilizado: a partir de 2010 a vida útil econômica dos bens do imobilizado foi definida conforme estabelecido na Macrofunção 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão de Bens na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, do Manual Siafi.
- b) Provisões: reconhecimento e mensuração de provisões e contingências, apontando as principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos, conforme estabelecido pela Macrofunção 02.03.36 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Manual Siafi.

2 – Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

Os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Ministério da Defesa obedecem às opções e premissas do MCASP, conforme a seguir:

2.1 Moeda Funcional e de Apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual o Órgão atua ("a moeda funcional"). Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Órgão e, também, a sua moeda de apresentação, podendo ocorrer variações dos saldos de algumas contas contábeis, decorrentes da taxa de câmbio vigente, durante a conversão dos valores registrados em moeda estrangeira para a moeda funcional no período.

2.2 Caixa e Equivalente de Caixa

Incluem a conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis; e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

2.3 Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados principalmente com:

- a) Créditos por dano ao patrimônio;
- b) Empréstimos e financiamentos concedidos; e
- c) Adiantamentos.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor histórico, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicáveis. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, realizáveis em até 12 meses da data das demonstrações contábeis.

2.4 Estoques

Estoques compreendem os produtos acabados e os em elaboração, as matérias-primas e o almoxarifado, tais como os materiais de consumo em almoxarifado; as importações em andamento e os materiais em trânsito. São mensurados e avaliados com base no valor de aquisição. O método aplicado majoritariamente para a mensuração e a avaliação das saídas dos estoques utilizados pelo Ministério da Defesa é o preço médio ponderado das compras, considerando que são, em sua maioria, bens de almoxarifado, em conformidade com o inciso III, do art. 106, da Lei nº 4.320/1964.

2.5 Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber realizáveis em prazo superior a 12 meses, contados da data das demonstrações financeiras. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos de atualizações e correções monetárias.

2.6 Investimentos

São compostos por participações permanentes e propriedades para investimentos.

As participações permanentes são representadas por investimentos realizados em empresas. Não apresentam influência significativa, motivo porque são avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens:

- I. Valor justo; e
- II. Custo depreciado. Quando mensuráveis, são registradas as reduções ao valor recuperável, fruto de avaliações periódicas.

2.7 Imobilizado

O Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, deduzida a respectiva depreciação acumulada, bem como à redução ao valor recuperável.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do Imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não geram tais benefícios, eles são reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os bens imóveis classificados como “Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet”, que compreendem bens tais como edifícios, hospitais, quartéis, que no período objeto de análise representam cerca de 95% do item, são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob a gestão da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SPU). O SPIUnet está integrado ao Siafi para efeito de registro contábil das variações patrimoniais relativas aos imóveis.

2.8 Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável.

2.9 Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas Autarquias e Fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei nº 10.180/2001, as NBC TSP e o MCASP. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual Siafi, Macrofunção 02.03.30 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, disponível no sítio da STN, e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023.

a) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 10, de 4 de julho de 2023, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, das Autarquias e das Fundações públicas federais deverão ser reavaliados nas seguintes situações:

- (I) Quando aplicadas obras ou reformas, a título de benfeitoria, em valor percentual igual ou superior a vinte por cento do valor líquido contábil do imóvel;
- (II) Quando houver alteração de área construída ou tipologia do imóvel, independentemente do valor investido;
- (III) Quando for comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoração, desabamento, arruinamento, dentre outros; ou
- (IV) Quando a data do último valor justo cadastrado no Sistema Corporativo da Secretaria de Patrimônio da União for igual ou superior a 5 (cinco) anos.

Além disso, as reavaliações devem ser realizadas em consonância com a Instrução Normativa SPU/MF Nº 67, de 20 de setembro de 2022; Norma Técnica NBR 14.653, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como na legislação municipal referente ao assunto, nas resoluções do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) e demais orientações normativas expedidas pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) referentes à matéria.

b) Redução ao valor recuperável

Redução ao valor recuperável pode ser entendida como uma perda dos futuros benefícios econômicos ou do potencial de serviços de um ativo, além da depreciação. Se o valor recuperável for menor que o valor líquido contábil, este deverá ser ajustado. Destarte, a redução ao valor recuperável é um instrumento utilizado para adequar o valor contábil dos ativos à sua real capacidade de retorno econômico, ou seja, reflete o declínio na utilidade de um ativo para a entidade que o controla.

Para determinar se o ativo imobilizado deve ser objeto de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor dos ativos, são observadas as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e do Manual Siafi, Macrofunção 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável.

c) Depreciação, Amortização e Exaustão

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado ou do intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o das quotas constantes, exceto para os bens imóveis objeto da Portaria Conjunta STN/SPU nº 10, de 4 de julho de 2023, que são cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e seguem critérios específicos tratados no tópico seguinte. Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Entretanto, conforme item 6.10 da Macrofunção 020330, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

d) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da benfeitoria, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de *Kuentzle*, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

2.10 Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; fornecedores e contas a pagar; e demais obrigações a curto prazo.

2.11 Empréstimos e Financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras internas e externas, a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas, efetuadas diretamente com o fornecedor.

2.12 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações

contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. O valor reconhecido como provisão refere-se a melhor estimativa do desembolso exigido para se extinguir a obrigação presente na data das demonstrações contábeis, correspondendo ao que a entidade racionalmente pagaria para, na data das demonstrações contábeis, liquidar a obrigação ou para transferi-la a um terceiro.

As estimativas dos resultados e efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da administração da entidade, complementados pela experiência de casos similares e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

As provisões são reavaliadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente.

Os procedimentos contábeis aplicados às provisões têm como base legal a NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o MCASP. As provisões de curto e longo prazo dos proventos de militares inativos e pensionistas são evidenciadas em atendimento à NBC TSP 15 – Benefícios a Empregados, bem como às recomendações do TCU, utilizando-se o método de financiamento de Crédito Unitário Projetado (PUC) para estimar o Valor do Passivo Atuarial dos referidos direitos, cujo roteiro de contabilização está disciplinado no Capítulo 4.4 – Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas – SPSMFA, da Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos do MCASP.

2.13 Ativos Contingentes

Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, conforme preconizam os itens 35 e 39 da NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, mas, quando relevantes, são registrados em contas de controle.

2.14 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

O adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) representa os recursos já entregues pelos sócios/proprietários para o aumento do capital social de empresas, porém ainda pendente de integralização.

2.15 Ajustes de Avaliação Patrimonial

Representa contrapartidas de aumentos ou diminuições dos valores decorrentes de ganhos e perdas atuariais, decorrentes de mudanças em premissas atuariais e os ajustes pela experiência, conforme definido na alínea (i), subitem (d), do item 59, da NBC TSP 15, tais como:

- a) Aumentos e reduções inesperadas nas taxas de mortalidade e rotatividade de empregados, antecipação de aposentadoria ou aumento nos salários, benefícios (se os termos formais ou construtivos do plano estabelecerem aumentos de benefícios inflacionários) ou custos médicos;
- b) O efeito de mudanças nas premissas em relação às opções de pagamento de benefícios;
- c) O efeito de mudanças nas estimativas de rotatividade futura de empregados, aposentadoria antecipada ou mortalidade, ou de aumentos nos salários, benefícios (se os termos formais ou construtivos do plano estabelecerem aumentos de benefícios inflacionários) ou custos médicos; e
- d) O efeito de mudanças na taxa de desconto.

3 – Caixa e Equivalente de Caixa

O subgrupo “Caixa e Equivalente de Caixa”, representado por valores em caixa e em bancos, apresentou aumento de 6,9%, quando comparados com os saldos apurados no exercício anterior, com a seguinte distribuição por Órgão:

Tabela 1 – Caixa e Equivalente de Caixa - Por Órgão

Órgão	R\$ milhares			
	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	103.922	141.536	-26,58	0,40
Comando da Marinha	6.161.845	5.903.153	4,38	23,87
Comando do Exército	7.077.955	6.306.306	12,24	27,42
Comando da Aeronáutica	12.465.978	11.792.149	5,71	48,30
Total	25.809.701	24.143.143	6,90	100,00

Fonte: Siafi, em 17/1/2024.

Na distribuição entre os órgãos, o Comando da Aeronáutica apresentou o maior saldo no trimestre (48,30%). Verificou-se variação positiva no Comando do Exército na comparação entre dezembro de 2023 e dezembro de 2022 (12,24%). A composição desse item é apresentada na Tabela 2.

Tabela 2 - Caixa e Equivalente de Caixa – Composição

	R\$ milhares			
	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
CTU – Recursos da Conta Única Aplicados	6.854.675	10.282.617	-33,34	26,56
Limite de Saque c/ Vinculação Pagto – Ordem Pagto – OFSS	5.873.229	5.775.079	1,70	22,76
CDB	3.600.000	750.000	380,00	13,95
Bancos Conta Movimento Bancos Oficiais Exter.	2.464.826	2.249.605	9,57	9,55
Fundo de Aplicação Financeira	2.251.663	2.190.623	2,79	8,72
Aplicação Financeira Liquidez Imediata - Recursos CTU	2.020.523	677.498	198,23	7,83
Poupança	1.452.399	1.198.201	21,21	5,63
Demais	1.292.385	1.019.521	26,76	5,01
Total	25.809.701	24.143.143	6,90	100,00

Fonte: Siafi, em 17/1/2024.

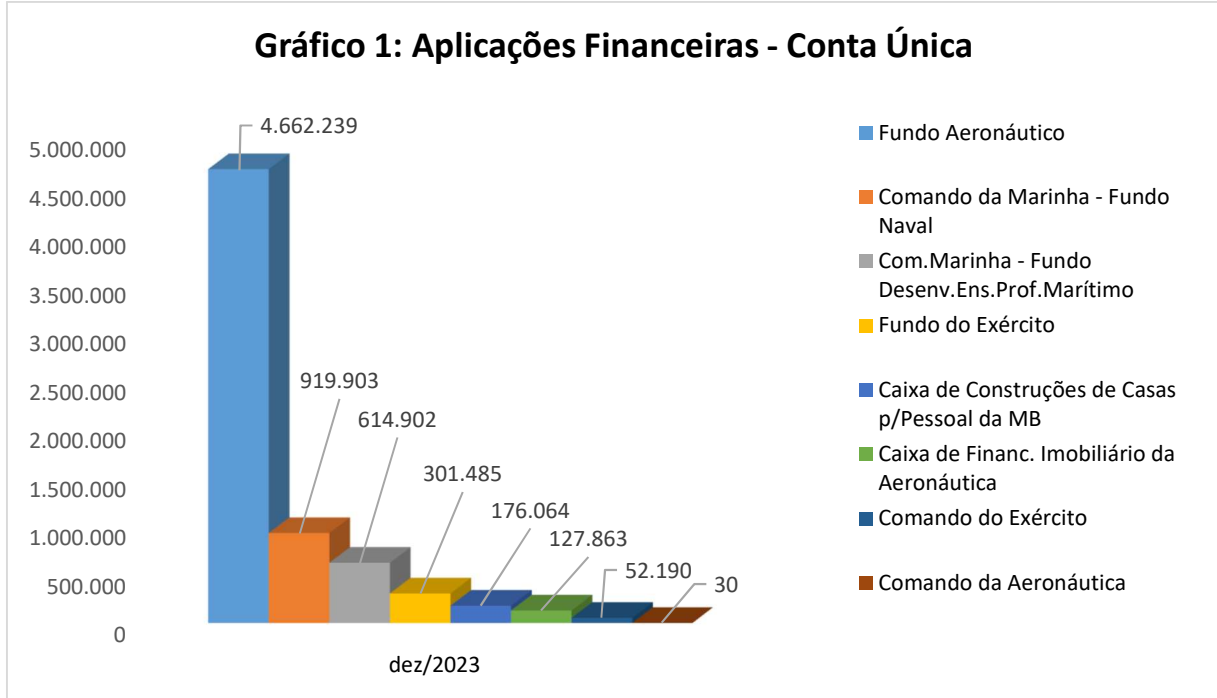
O item “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - Ordem Pagamento – OFSS” apresenta os valores dos equivalentes de caixa (Limite de Saque da Conta Única) que têm a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, em grande parte relativos à folha de pagamento do mês de dezembro e representou, no período, 22,76% do Subgrupo, com um acréscimo de 1,70%, quando comparado a dezembro de 2022.

Além disso, observa-se acréscimo de 380% no item “CDB”, registrado integralmente no âmbito do Fundo Aeronáutico, representado, principalmente, pela mudança de posicionamento visando melhor rentabilidade em relação aos Recursos da Conta Única.

Verificou-se também um acréscimo de 198,23% em “Aplicação Financeira Liquidez Imediata - Recursos CTU”, decorrente de mudança de estratégia de investimento adotada pelo Fundo Naval. A referida estratégia buscou otimizar os retornos das aplicações financeiras, mantendo o perfil conservador do portfólio daquele Fundo.

Quanto ao item “CTU – Recursos da Conta Única Aplicados”, que representa os recursos da Conta Única arrecadados em fontes próprias em processo de aplicação financeira, sua distribuição pode ser assim demonstrada:

R\$ milhares



Fonte: Siafi, em 17/1/2024.

4 - Créditos a Receber

Os Créditos a Receber representam os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, transferências, adiantamentos, empréstimos e financiamentos concedidos, conforme demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3- Créditos e Valores a Curto e Longo Prazos por Órgão

R\$ milhares

Título	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Demais Créditos e Valores	2.028.536	2.297.585	-11,71	63,68
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.085.807	976.993	11,14	34,09
Clientes	251.382	149.633	68,00	7,89
Total Bruto	3.365.725	3.424.211	-1,71	105,66
Ajustes para Perdas	-180.377	-225.243	-19,92	-5,66
Total	3.185.348	3.198.968	-0,43	100,00
Curto Prazo	2.001.172	2.181.811	-8,28	62,82
Longo Prazo	1.184.176	1.017.157	16,42	37,18

Fonte: Siafi, em 17/1/2024.

Os Órgãos Comando da Marinha e Comando do Exército apresentaram os saldos mais significativos (63,41% e 24,09%, respectivamente), conforme se observa na Tabela 4:

Tabela 4 – Créditos a Receber – Distribuição por Órgão

R\$ milhares

Órgão		Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	Ministério da Defesa	283.180	261.008	8,49	8,89
	Subtotal	283.180	261.008	8,49	8,89
Comando da Marinha	Comando da Marinha	794.053	998.974	-20,51	24,93
	Caixa de Construção de Casas MB	1.213.763	1.097.506	10,59	38,10
	Fundo Naval	1.828	5.293	-65,47	0,06
	Fundo Des. Ens. Prof. Maritmo	1.249	1.159	7,77	0,04
	Amazul	8.841	7.556	17,01	0,28
	Subtotal	2.019.734	2.110.487	-4,30	63,41
Comando do Exército	Comando do Exército	498.593	599.780	-16,87	15,65
	IMBEL	243.571	135.411	79,88	7,65
	Fundo do Exército	24.759	15.790	56,81	0,78
	Fundação Osório	386	386	0,00	0,01
	Subtotal	767.309	751.366	2,12	24,09
Comando da Aeronáutica	Comando da Aeronáutica	47.432	26.348	80,02	1,49
	Caixa de Fin. Imob. Aeronáutica	17.601	21.709	-18,92	0,55
	Fundo Aeronáutico	50.092	28.049	78,59	1,57
	Subtotal	115.125	76.106	51,27	3,61
Total	3.185.348	3.198.968	-0,43	100,00	

Fonte: Siafi, em 17/1/2024.

A Tabela 5 detalha a composição do subgrupo “Demais Créditos e Valores”, contemplando valores registrados no Curto e Longo Prazo.

Tabela 5 - Demais Créditos a Receber - Composição

R\$ milhares

	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Adiantamentos a Fornecedores (CP)	496.730	554.231	-10,37	26,60
Outros Adiantamentos (salários, férias, serviços) (CP)	342.386	334.351	2,40	18,33
Adiantamentos - TED (CP)	306.307	205.696	48,91	16,40
Créditos por Dano ao Patrimônio - Decisão TCU (LP)	288.427	297.434	-3,03	15,44
Créditos a Rec. Entidades Federais (CP)	200.099	199.922	0,09	10,71
Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo (CP)	183.559	558.121	-67,11	9,83
Outros (CP e LP)	130.805	125.020	4,63	7,00
Rendimentos de Aplicações Pré-Fixadas (CP)	40.559	8.412	382,16	2,17
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (LP)	39.654	14.397	175,42	2,12
Subtotal	2.028.526	2.297.585	-11,71	108,62
Ajustes (CP)	-78.107	-63.848	22,33	-4,18
Ajustes (LP)	-82.938	-140.249	-40,86	-4,44
Total	1.867.482	2.093.489	-10,80	100,00

Fonte: Siafi, em 23/1/2024.

O item mais relevante, ou seja 26,60%, refere-se a “Adiantamentos a Fornecedores”, que diz respeito ao registro de compras específicas de materiais que serão incorporados aos estoques quando do seu efetivo recebimento, ou seja, são registros de compras pagas com antecipação gerando um crédito, direito a receber do fornecedor, e quando do recebimento do material é realizada a baixa com contrapartida da entrada do material em estoque.

Tabela 6 - Adiantamento a Fornecedores - Distribuição

R\$ milhares

Órgão		Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Comando da Marinha	Vibra Energia S.A.	245.608	192.299	27,72	49,44
	Outros	14.322	6.735	112,66	2,88
	Subtotal	259.930	199.033	30,60	52,33
Comando do Exército	Vibra Energia S.A.	99.738	89.159	11,87	20,08
	Helicópteros do Brasil S.A.	64.124	79.911	-19,76	12,91
	Rafael Advanced Defense Systems LTD	40.430	43.574	-7,21	8,14
	Outros	32.508	142.554	-77,20	6,54
	Subtotal	236.801	355.198	-33,33	47,67
Total	496.730	554.231	-10,37	100,00	

Fonte: Siafi, em 23/1/2024.

O item “Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada” corresponde a 16,40% dos “Demais Créditos e Valores – Curto Prazo” e representa os adiantamentos de recursos financeiros decorrentes de transferências formalizadas por intermédio de Termo de Execução Descentralizada – TED, sendo que os valores registrados no Comando do Exército e no Ministério da Defesa representam 74,88% e 15,85%, respectivamente, do total.

Tabela 7 – Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada

R\$ milhares

Órgão	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	48.541	40.484	19,90	15,85
Comando da Marinha	20.400	19.514	4,54	6,66
Comando do Exército	229.368	140.542	63,20	74,88
Comando da Aeronáutica	7.998	5.156	55,12	2,61
Total	306.307	205.696	48,91	100,00

Fonte: Siafi, em 17/1/2024.

O item “Créditos por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU” apresentou o saldo mais expressivo do subgrupo “Demais Créditos e Valores”, classificados no Longo Prazo”, no montante de R\$ 288,43 milhões. Esse subgrupo representa direitos provenientes de danos ao patrimônio apurados em Tomadas de Contas Especial e julgados pelo Tribunal de Contas da União – TCU, a partir de Acórdãos com imposição de débito ao responsável.

A Tabela 8 demonstra a alocação do item por Órgão.

Tabela 8 – Créditos por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU – Composição

R\$ milhares

	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	182.150	162.608	12,02	63,15
Comando da Marinha	22.736	80.187	-71,65	7,88
Comando do Exército	6.085	6.085	0,00	2,11
Comando da Aeronáutica	77.455	48.553	59,53	26,85
Total	288.427	297.434	-3,03	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

O item “Créditos por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU” apresentou variação negativa de 3,03% em relação ao período anterior, notadamente em decorrência do falecimento de devedores. O Ministério da Defesa e o Comando da Aeronáutica tiveram os maiores valores registrados, correspondendo a 63,15% e 26,85% do total, respectivamente.

O item “Valores em Trânsito – Realizáveis a Curto Prazo” que representa 9,83% do total do subgrupo está registrado quase integralmente em “Valores em Trânsito – UG Exterior. Tais valores estão lançados no Comando da Marinha (94,45%) e no Comando do Exército (5,51%), representando transferências financeiras destinadas a compromissos da Comissão Naval Brasileira na Europa – Londres; da Comissão Naval Brasileira, em Washington; e da Comissão do Exército Brasileiro, em Washington, respectivamente.

Ressalte-se que, a redução de 67,11% neste item foi decorrente do recuo das transferências no exercício de 2023 em relação à Unidade “Comissão Naval Brasileira na Europa – Londres”, que ao final do exercício de 2022 apresentava saldo de 479,42 milhões.

O item “Créditos a Receber de Entidades Federais” representa 10,71% do total. Tais créditos estão registrados no âmbito da autarquia Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha – CCCPM junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, oriundos de saldos devedores residuais de contratos de financiamentos firmados no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação – SFH.

Quanto ao item “Rendimentos de Aplicações Pré-Fixadas”, que apresentaram variação positiva expressiva (382,16%) se comparado ao período anterior, estão registrados integralmente no Fundo Aeronáutico e se referem à apropriação de rendimentos pré-fixados contratados junto a instituições financeiras no país.

Quanto ao subgrupo “Empréstimos e Financiamentos Concedidos”, observa-se que sua distribuição, quanto ao prazo de liquidez, pode ser assim demonstrada.

Tabela 9 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos – Distribuição quanto à Liquidez

	R\$ milhares			
	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Curto Prazo	172.684	158.848	8,71	16,09
Longo Prazo	913.123	818.145	11,61	85,10
Subtotal	1.085.807	976.993	11,14	101,20
Ajustes de Perdas	-12.840	-12.713	1,00	-1,20
Total	1.072.967	964.280	11,27	100,00

Fonte: Siafi, em 17/11/2024.

Os haveres decorrentes de empréstimos e financiamentos concedidos estão registrados no âmbito da Caixa de Construções de Casas para Pessoal da Marinha Brasil (99,12%) e da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (0,88%), Unidades que possuem a competência de financiamento habitacional no âmbito daquelas Forças, conforme distribuição que segue.

Tabela 10 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos – Distribuição por Unidade Gestora

	R\$ milhares			
	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Caixa de Construções de Casa p/Pessoal da Marinha	1.063.493	955.004	11,36	99,12
Caixa de Financ. Imobiliário da Aeronáutica	9.474	9.276	2,14	0,88
Subtotal	1.072.967	964.280	11,27	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

5 – Estoques

Os Estoques representam os materiais de consumo em almoxarifado; as importações em andamento e os materiais em trânsito. A Tabela 11 apresenta a composição do subgrupo “Estoques” por Órgão:

Tabela 11 - Estoques por Órgão

	R\$ milhares			
Órgão	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	23.545	22.701	3,72	0,14
Comando da Marinha	2.500.894	2.435.533	2,68	15,04
Comando do Exército	3.347.417	2.956.385	13,23	20,14
Comando da Aeronáutica	10.752.840	9.537.398	12,74	64,68
Total	16.624.696	14.952.016	11,19	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

O subgrupo “Estoques” apresentou variação de 11,19% em relação ao período anterior, sendo que o Comando da Aeronáutica apresentou o maior valor registrado, correspondendo a 64,68% do total. A Tabela 12 apresenta o detalhamento do subgrupo “Estoques”.

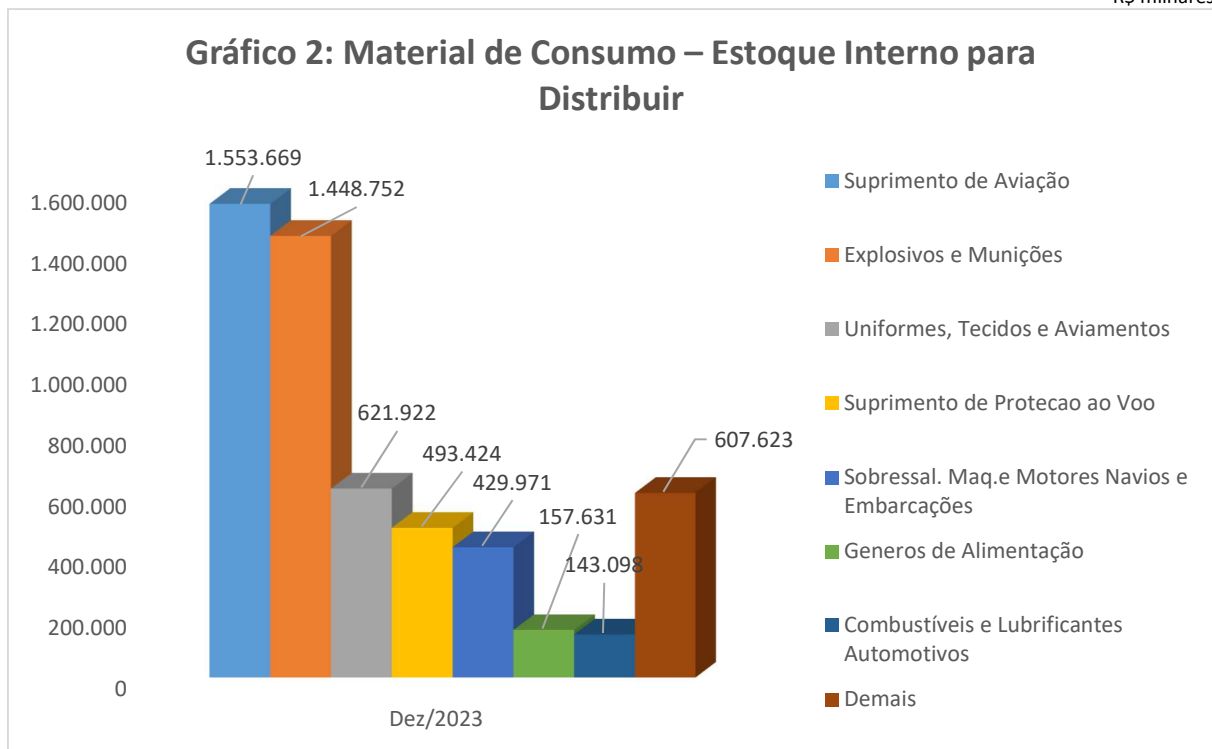
Tabela 12 - Estoques - Composição

	R\$ milhares			
	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Material de Consumo – Estoque Interno para Distribuir	5.456.091	5.046.091	8,13	32,82
Materiais de Consumo	4.419.639	4.112.638	7,46	26,58
Estoque Sobressalentes a Reparar	2.430.950	1.862.150	30,55	14,62
Importações em Andamento - Estoques	1.059.183	1.112.894	-4,83	6,37
Estoque Sobressalentes a Alienar	816.173	600.593	35,89	4,91
Estoque Sobressalentes em Reparo	789.354	355.210	122,22	4,75
Materiais de Consumo em Trânsito	745.321	908.203	-17,93	4,48
Mat. Const. Est. Armazém Terceiros para Distribuição	429.647	457.872	-6,16	2,58
Demais	481.589	500.907	-3,86	2,90
*Ajuste de Perdas em Estoque	-3.251	-4.543	-28,44	-0,02
Total	16.624.696	14.952.016	11,19	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

Quanto ao item “Material de Consumo – Estoque Interno para Distribuir”, que representa os registros dos valores relativos a aquisições e/ou transferências de material de consumo para a formação de estoque interno destinado à distribuição, sua composição pode ser assim demonstrada:

R\$ milhares



Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

6 – Imobilizado

O Ativo Imobilizado abrange os direitos que tenha por objeto bens corpóreos mantidos para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, sendo classificado em bens móveis e imóveis.

a-) Bens Móveis

Compreende os bens que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.

Ao final do 4º trimestre do exercício de 2023, o item “Bens Móveis” totalizava R\$ 83,10 bilhões. A Tabela 13 apresenta sua segregação por Órgão.

Tabela 13 – Ativo Imobilizado – Bens Móveis por Órgão

		R\$ milhares			
		Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	Bens Móveis	423.595	404.238	4,79	0,51
	Depreciação Acumulada	-211.502	-216.184	-2,17	-0,25
	Valor Contábil Líquido	212.093	188.054	12,78	0,26
Comando da Marinha	Bens Móveis	34.800.496	33.321.130	4,44	41,88
	Depreciação Acumulada	-2.387.000	-2.020.095	18,16	-2,87
	Redução Valor Recuperável Bens Móveis	-120.675	-120.869	-0,16	-0,15
	Valor Contábil Líquido	32.292.820	31.180.165	3,57	38,86
Comando do Exército	Bens Móveis	21.895.227	21.070.783	3,91	26,35
	Depreciação Acumulada	-5.445.705	-4.815.687	13,08	-6,55
	Valor Contábil Líquido	16.449.521	16.255.096	1,20	19,80
Comando da Aeronáutica	Bens Móveis	35.935.747	35.473.348	1,30	43,24
	Depreciação Acumulada	-1.791.253	-1.576.444	13,63	-2,16
	Valor Contábil Líquido	34.144.494	33.896.904	0,73	41,09
Total		83.098.928	81.520.219	1,94	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

O item “Bens Móveis” apresentou variação positiva de 1,94%. Os Comandos da Aeronáutica e da Marinha têm os maiores valores registrados, correspondendo a 41,09% e 38,86% do total, respectivamente. A Tabela 14 apresenta a composição dos Bens Móveis.

Tabela 14 - Ativo Imobilizado – Bens Móveis: Composição

Bens Móveis	Dez/2023			Dez/ 2022			AH (%)	AV (%)
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido		
Bens Móveis em Andamento	33.831.764	-	33.831.764	34.623.708	-	34.623.708	-2,29	40,71
Veículos	31.556.324	-4.075.233	27.481.091	28.684.412	-3.510.872	25.173.540	9,17	33,07
Máq., Aparelhos, Equip. e Ferramenta	11.558.530	-3.472.502	8.086.029	10.405.003	-3.062.481	7.342.522	10,13	9,73
Bens Móveis em Almoarifado	7.161.449	-3.076	7.158.373	6.583.135	-635	6.582.499	8,75	8,61
Demais Bens Móveis	3.226.194	-15.093	3.211.101	4.442.546	-13.076	4.429.470	-27,51	3,86
Bens de Informática	1.813.149	-1.032.712	780.437	1.673.980	-929.948	744.032	4,89	0,94
Armamentos	1.686.882	-196.777	1.490.104	1.619.802	-153.077	1.466.726	1,59	1,79
Móveis e Utensílios	1.662.249	-854.750	807.499	1.737.392	-791.609	945.783	-14,62	0,97
Material Cultural, Educ. e de Comunic.	538.303	-180.084	358.220	479.537	-161.491	318.047	12,63	0,43
Semoventes	20.205	-5.234	14.971	19.947	-5.222	14.725	1,67	0,02
Peças e Conjuntos de Reposição	14	-	14	36	-	36	-59,31	0,00
Subtotal	93.055.064	-9.835.461	83.219.603	90.269.498	-8.628.410	81.641.088	1,93	100,15
Redução ao Valor Recup. Imobilizado	-	-	-120.675	-	-	-120.869	-0,16	-0,15
Total	93.055.064	-9.835.461	83.098.928	90.269.498	-8.628.410	81.520.219	1,94	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

Verifica-se que no item “Bens Móveis em Andamento” são classificados todos os gastos com bens móveis em elaboração; as importações em andamento, bem como os adiantamentos para inversões em bens móveis.

Do total desse item, o Comando da Aeronáutica detém 48,70% dos valores, notadamente representados, principalmente, pelo Projeto F-X2 (aquisição de vinte e oito aeronaves de caça multiemprego monoposto e oito aeronaves de caça multiemprego biposto). No Comando da Marinha estão registrados 47,40% dos valores, relativos, principalmente, às aquisições de máquinas e motores

de navios e submarinos do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), fornecimento de materiais e aquisição de torpedos.

b-) Bens Imóveis

Abrange os bens vinculados ao terreno que não podem ser retirados sem destruição ou danos.

Em 31/12/2023, o item “Bens Imóveis” totalizava R\$ 274,90 bilhões e estavam distribuídos conforme detalhado na Tabela 15.

Tabela 15 – Ativo Imobilizado – Bens Imóveis por Órgão R\$ milhares

		Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	Bens Imóveis	1.104.748	1.072.117	3,04	0,40
	Depreciação Acumulada	-10.882	-9.149	18,94	0,00
	Valor Contábil Líquido	1.093.866	1.062.968	2,91	0,40
Comando da Marinha	Bens Imóveis	53.596.506	56.425.513	-5,01	19,50
	Depreciação Acumulada	-56.921	-44.964	26,59	-0,02
	Valor Contábil Líquido	53.539.585	56.380.549	-5,04	19,48
Comando do Exército	Bens Imóveis	109.419.759	109.619.887	-0,18	39,80
	Depreciação Acumulada	-234.512	-209.174	12,11	-0,09
	Amortização Acumulada	-1.077	-1.002	7,43	0,00
	Valor Contábil Líquido	109.184.170	109.409.710	-0,21	39,72
Comando da Aeronáutica	Bens Imóveis	111.291.074	105.488.809	5,50	40,48
	Depreciação Acumulada	-212.083	-191.060	11,00	-0,08
	Valor Contábil Líquido	111.078.991	105.297.749	5,49	40,41
Total		274.896.613	272.150.976	1,01	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

O Comando da Aeronáutica é o órgão que apresenta maior valor registrado no item de “Bens Imóveis” (40,41%), cujo crescimento, em grande medida, decorre dos processos de reavaliação de bens imóveis no âmbito daquele Comando. O Comando do Exército apresenta o segundo maior valor registrado (39,72%).

Os “Bens Imóveis” classificam-se em “Bens de Uso Especial”; “Bens Dominicais”; “Bens de Uso Comum ao Povo” e “Bens Imóveis em Andamento”.

A Tabela 16 demonstra a composição do item “Bens Imóveis”.

Tabela 16 - Ativo Imobilizado – Bens Imóveis: Composição R\$ milhares

Bens Imóveis	Dez/2023			Dez/ 2022			AH (%)	AV (%)
	Custo Histórico	Depreciação/ Amortização Acumulada	Valor Contábil Líquido	Custo Histórico	Depreciação/ Amortização Acumulada	Valor Contábil Líquido		
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet	260.327.311	-443.110	259.884.201	258.420.147	-385.388	258.034.760	0,72	94,54
Bens Imóveis em Andamento	13.697.469	-	13.697.469	12.918.905	-	12.918.905	6,03	4,98
Instalações	666.771	-8.392	658.379	587.273	-7.855	579.417	13,63	0,24
Bens de Uso Especial Não Registrados no SPIUnet	504.849	-62.894	441.954	503.562	-61.105	442.456	-0,11	0,16
Demais Bens Imóveis	195.397	-	195.397	156.246	-	156.246	25,06	0,07
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	20.264	-1.077	19.188	20.184	-1.002	19.182	0,03	0,01
Bens de Uso Comum do Povo	25	-	25	-	-	-	--	0,00
Bens Dominicais Não Registrados no SIAPA	-	-	-	11	-	11	-100,00	-
Total	275.412.087	-515.474	274.896.613	272.606.326	-455.350	272.150.976	1,01	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

Os “Bens de Uso Especial”, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração pública, representam 94,70% do total do item. Esses bens são

segregados conforme sua forma de registro. Os maiores valores são os dos “Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet”, ferramenta de apoio à administração dos imóveis de uso especial da União. Esses bens representam 94,54% do total dos bens imóveis.

A Tabela 17 apresenta o detalhamento dos “Bens de Uso Especial”, considerando os registrados ou não no SPIUnet.

Tabela 17- Bens Imóveis de Uso Especial - Composição

R\$ milhares

Bens Imóveis	Dez/2023			Dez/2022			AH (%)	AV (%)
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido		
Aquartelamentos	135.854.408	-114.437	135.739.971	136.344.684	-98.903	136.245.781	-0,37	52,14
Terrenos, Glebas	48.909.604	-	48.909.604	42.786.112	-	42.786.112	14,31	18,79
Aeroportos, Estações e Aeródromos	21.233.470	-16.604	21.216.866	27.628.349	-13.489	27.614.859	-23,17	8,15
Imóveis Residenciais e Comerciais	17.308.966	-260.393	17.048.572	16.527.705	-228.269	16.299.436	4,60	6,55
Complexos, Fábricas e Usinas	14.431.751	-10.262	14.421.489	12.237.412	-10.002	12.227.410	17,94	5,54
Fazendas, Parques e Reservas	12.378.406	-1.794	12.376.612	13.073.157	-1.531	13.071.626	-5,32	4,75
Demais - Registrados no SPIUnet	10.210.706	-39.619	10.171.087	9.822.730	-33.194	9.789.536	3,90	3,91
Subtotal - Registrados no SPIUnet	260.327.311	-443.110	259.884.201	258.420.147	-385.388	258.034.760	0,72	99,83
Aeroportos, Estações e Aeródromos	243.631	-	243.631	243.631	-	243.631	0,00	0,09
Edifícios	239.478	-62.894	176.583	237.417	-61.105	176.312	0,15	0,07
Demais - Não Registrados SPIUnet	21.741	-	21.741	22.513	-	22.513	-3,43	0,01
Subtotal - Não Registrados SPIUnet	504.849	-62.894	441.954	503.562	-61.105	442.456	-0,11	0,17
Total	260.832.160	-506.005	260.326.156	258.923.709	-446.493	258.477.216	0,72	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

Cumprir registrar que o item “Terrenos e Glebas” apresentou crescimento dos saldos da ordem de R\$ 6,12 bilhões (14,31%), em decorrência de procedimentos de reavaliações e fatos contábeis permutativos ocorridos no âmbito do Comando da Aeronáutica, resultando em um crescimento deste item no percentual de 75,12% nas Demonstrações Contábeis daquele Comando, quando comparado ao exercício de 2022.

Além disso, em decorrência dos citados fatos permutativos, foram identificadas reduções em itens, tais como “Aeroportos, Estações e Aeródromos” (23,17%), e “Fazendas, Parques e Reservas” (5,32%).

Por outro lado, foram promovidas baixas contábeis de “Terrenos e Glebas” no âmbito do Comando do Exército, no montante de R\$ 4,5 bilhões, relativos a bens em discussão judicial ou administrativo, conforme detalhado na NE 25 - Ativos Contingentes.

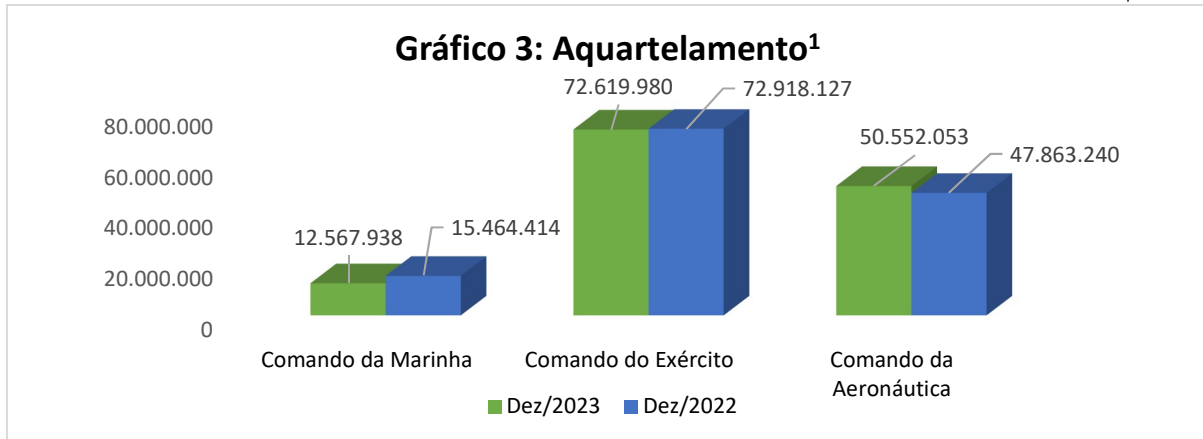
Outro crescimento relevante ocorreu no item “Complexos, Fábricas e Usinas” (17,94%), decorrente, em grande medida, de processos de reavaliações realizadas no âmbito do Comando da Aeronáutica.

As atualizações de saldos ocorridas em Bens Imóveis, com reclassificações e reavaliações, visam atender ao Tribunal de Contas da União – TCU em decorrência de achados de auditoria financeira conduzida por intermédio do TC 018.960/2022-7 (Ofício nº 9368/2023-TCU/Seprac, de 14 de março de 2023).

No grupo que compõem os “Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet”, o saldo mais relevante é o relativo ao item “Aquartelamentos”, que registra os quartéis, bases e fortes militares, representou, no período, o equivalente a 52,14% do total do item.

Conforme demonstrado no Gráfico 3, onde se verifica que o Comando do Exército é o órgão que possui o maior saldo (53,50%).

R\$ milhares



Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

¹Bens de Uso Especial Registrado no SPIUnet

Observou-se uma redução no Comando da Marinha, em função, dentre outros aspectos, da desvalorização de imóvel de uso especial, classificado no item “Aquartelamento, no valor de R\$ 3,4 bilhões, em decorrência do Laudo de Avaliação relativo ao imóvel Tombo nº 16.0071.0 – Base Naval de Aratu. Esse Laudo de Avaliação foi emitido com a finalidade de cumprir exigências oriundas do TCU, sendo que o respectivo lançamento contábil gerou uma redução de, aproximadamente, 7% no saldo total registrado na conta “Bens de Uso Especial” daquele Comando.

Em contrapartida, no Comando da Aeronáutica foram realizadas reavaliações positivas no item “Aquartelamentos”, no montante de R\$ 2,6 bilhões.

7 – Intangível

Trata-se de um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, tais como *softwares* e marcas e patentes.

Ao final do quarto trimestre de 2023, o Ativo Intangível totalizava R\$ 7,2 bilhões e está distribuído nos Órgãos conforme detalhado na Tabela 18.

Tabela 18 – Intangível por Órgão

		R\$ milhares			
		Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	Intangível	571.300	570.792	0,09	7,91
	Amortização Acumulada	-203.067	-165.744	22,52	-2,81
	Valor Contábil Líquido	368.233	405.048	-9,09	5,10
Comando da Marinha	Intangível	6.116.252	5.906.047	3,56	84,71
	Amortização Acumulada	-3.674	-2.671	37,59	-0,05
	Redução ao Valor Recuperável	0	-	-	0,00
	Valor Contábil Líquido	6.112.578	5.903.377	3,54	84,66
Comando do Exército	Intangível	343.162	141.707	142,16	4,75
	Amortização Acumulada	-48.528	-45.952	5,61	-0,67
	Valor Contábil Líquido	294.634	95.755	207,70	4,08
Comando da Aeronáutica	Intangível	459.286	378.029	21,49	6,36
	Amortização Acumulada	-14.441	-8.094	78,42	-0,20
	Valor Contábil Líquido	444.845	369.936	20,25	6,16
Total		7.220.290	6.774.116	6,59	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

Verifica-se que o maior saldo está registrado no Comando da Marinha (84,66%). O Comando do Exército apresentou a maior variação (207,70%) em relação ao trimestre anterior, que se refere à reclassificação de Bens em Elaboração, relativos ao Projeto Astros 2020.

A composição por itens patrimoniais é apresentada na Tabela 19.

Tabela 19 - Intangível – Composição R\$ milhares

	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Indefinida	6.237.584	5.849.187	6,64	86,39
Software com Vida Útil Indefinida	559.424	456.332	22,59	7,75
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida	552.688	551.136	0,28	7,65
Software com Vida Útil Definida	140.174	139.921	0,18	1,94
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	130	-	-	0,00
Subtotal	7.490.000	6.996.576	7,05	103,74
Amortização Acumulada – Marcas, Direitos e Patentes Vida Útil Definida	-199.847	-163.287	22,39	-2,77
Amortização Acumulada – Software com Vida Útil Definida	-69.863	-59.174	18,06	-0,97
Redução ao Valor Recuperável - Software	0	-	-	0,00
Valor Contábil Líquido	7.220.290	6.774.116	6,59	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

No Intangível, destaca-se o título “Marcas, Direitos, Patentes – Vida Útil Indefinida”, que representa cerca de 86,39% do total do Grupo, ou seja, aproximadamente R\$ 6,24 bilhões, montante quase integralmente registrado no Comando da Marinha (96,91%), concernentes a marcas, patentes e transferência de tecnologia do PROSUB, referente à construção de novos submarinos convencionais e propulsão nuclear.

8 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações e benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, tais como aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, com vencimento no curto prazo.

A Tabela 20 apresenta o detalhamento do subgrupo “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar” por Órgão.

Tabela 20 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar por Órgão R\$ milhares

Órgão	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	16.504	15.239	8,30	0,32
Comando da Marinha	1.447.798	1.391.993	4,01	27,76
Comando do Exército	2.518.588	2.435.393	3,42	48,28
Comando da Aeronáutica	1.233.366	1.228.650	0,38	23,64
Total	5.216.256	5.071.274	2,86	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

O saldo mais significativo encontra-se no Comando do Exército (48,28%). A composição do item encontra-se detalhada na Tabela 21.

Tabela 21 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar CP

R\$ milhares

	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Pessoal a Pagar	5.199.352	5.050.847	2,94	99,68
Benefícios Previdenciários a Pagar	3.757	7.260	-48,24	0,07
Benefícios Assistenciais a Pagar	4.605	5.413	-14,93	0,09
Encargos Sociais a Pagar	4.801	3.788	26,76	0,09
Encargos Sociais a Pagar – Intra OFSS	3.739	3.966	-5,73	0,07
Encargos Sociais a Pagar – Inter OFSS- Estado	1	1	-18,79	0,00
Encargos Sociais a Pagar – Inter OFSS- Municípios	1	-	-	0,00
Total	5.216.256	5.071.274	2,86	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

O item “Pessoal a Pagar” concentra quase a totalidade do saldo do grupo (99,68%) e teve variação de 2,94% no período. Registre-se que tais obrigações são referentes, na parte mais significativa, à apropriação da Folha de Pagamento do mês de dezembro de 2023 e foram pagas em janeiro de 2024.

9 – Empréstimos e Financiamentos – Curto e Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor.

Ao final do quarto trimestre de 2023, o subgrupo “Empréstimos e Financiamentos” totalizava R\$ 17,42 bilhões e está distribuído nos Órgãos conforme detalhado na Tabela 22.

Tabela 22 – Empréstimos e Financiamentos Curto e Longo Prazos

R\$ milhares

Órgão	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Comando da Marinha	4.161.152	4.162.057	-0,02	23,89
Comando da Aeronáutica	13.254.326	12.766.402	3,82	76,11
Total	17.415.478	16.928.459	2,88	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

Quanto à exigibilidade, o montante de R\$ 14,46 bilhões, ou 84,74% do total, encontrava-se no longo prazo em 31/12/2023, conforme detalhado a seguir na Tabela 23.

Tabela 23 – Empréstimos e Financiamentos – Exigibilidade

R\$ milhares

Exigibilidade	Composição	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Curto Prazo	Financiamentos - Externo	2.645.700	3.066.000	-13,71	15,19
	Financiamentos - Interno	11.651	20.462	-43,06	0,07
Longo Prazo	Financiamentos - Externo	14.686.556	13.771.947	6,64	84,33
	Financiamentos - Interno	71.571	70.049	2,17	0,41
Total		17.415.478	16.928.459	2,88	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

O item com os valores mais expressivos é o de “Financiamentos de Longo Prazo - Externo” que apresentava saldo de R\$ 14,69 bilhões, representado, principalmente, pelo financiamento do Projeto H-X-BR (aquisição de cinquenta helicópteros de médio porte e suporte logístico) e do Projeto F-X2 (aquisição de vinte e oito aeronaves de caça multiemprego monoposto e oito aeronaves de caça multiemprego biposto), no montante de R\$ 12,81 bilhões no Comando da Aeronáutica.

Quanto aos valores do Ministério da Marinha, observou-se variação positiva de 27,58% e saldo de R\$ 1,88 bilhão no item “Financiamentos a Longo Prazo- Externos”, quando comparados aos dados apurados em dezembro de 2022, foram decorrentes, em grande medida, pelo registro de variações cambiais e amortizações de financiamentos externos, no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB). Por outro lado, os “Financiamentos a Curto Prazo – Externos apresentaram variação negativa de 15,39% e saldo de R\$ 2,10 bilhões, decorrentes, principalmente de variação cambial.

10 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar.

A Tabela 24 apresenta a rubrica “Fornecedores e Contas a Pagar” detalhada por Órgão.

Tabela 24 - Fornecedores e Contas a Pagar por Órgão R\$ milhares

Órgão	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	5.665	33.501	-83,09	1,66
Comando da Marinha	63.425	307.254	-79,36	18,56
Comando do Exército	153.505	192.246	-20,15	44,93
Comando da Aeronáutica	119.072	20.005	495,22	34,85
Total	341.667	553.006	-38,22	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

Em 31/12/2023, o Comando do Exército apresentou um saldo de R\$ 153,51 milhões, representando 44,93% do total do Grupo.

Na Tabela 25, as obrigações com Fornecedores são segregadas entre Fornecedores Nacionais e Estrangeiros. O saldo de “Fornecedores e Contas a Pagar” encontra-se quase totalmente alocado no curto prazo (99,46%), sendo que o item “Fornecedores Nacionais a Curto Prazo” concentra 99,26% do item e apresentou variação positiva de 10,18%, se comparado ao trimestre anterior.

Observa-se que a variação mais significativa, - 99,72%, refere-se a compromissos com fornecedores estrangeiros assumidos em 2022 e pagos no exercício de 2023.

Tabela 25 - Fornecedores e Contas a Pagar – Composição R\$ milhares

	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	339.145	307.813	10,18	99,26
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Longo Prazo	1.843	-	-	0,54
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Curto Prazo	680	245.193	-99,72	0,20
Total	341.667	553.006	-38,22	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

As principais variações negativas observadas nas contas de fornecedores estrangeiros ocorreram no Comando da Marinha, que apresentam 96,55% dos valores registrados em curto e longo prazos. Essas variações são devidas à realização de pagamentos contratuais e à baixa de obrigações sem suporte orçamentário (passivo anterior) no exterior, que se encontravam registradas indevidamente no âmbito da Comissão Naval Brasileira na Europa – Londres, haja vista que as respectivas obrigações já haviam sido pagas anteriormente sem a emissão de empenho com passivo anterior.

Na Tabela 26, apresenta-se o subgrupo “Fornecedores e Contas a Pagar” detalhado por fornecedores e órgãos contratantes.

Tabela 26 - Fornecedores e Contas a Pagar - Fornecedor e Contratante

R\$ milhares

FORNECEDOR	CONTRATANTE	Dez/2023	AV (%)
Condor S/A Indústria Química	Comando do Exército	50.344	14,73
Vibra Energia S.A	Comando da Aeronáutica	30.567	8,95
Ebn Comércio, Importação E Exportação Eireli	Comando do Exército	10.030	2,94
Indústria de Material Bélico do Brasil/FJF	Comando do Exército	9.669	2,83
On-Highway Brasil Ltda.	Comando do Exército	7.384	2,16
Companhia Brasileira de Cartuchos	Comando do Exército	7.235	2,12
Cleomar Engenharia Ltda	Comando da Aeronáutica	6.717	1,97
Atech - Negócios em Tecnologias S.A.	Comando da Aeronáutica	5.863	1,72
Iacit Soluções Tecnológicas S.A.	Comando da Aeronáutica	5.847	1,71
Vertical do Ponto Indústria e Com. de Para Quedas Ltda	Comando do Exército	5.390	1,58
JBS S/A	Comando do Exército	4.218	1,23
Carl Zeiss do Brasil Ltda	Comando da Aeronáutica	3.950	1,16
ATM Manutenção de Aeronaves e Turbinas Ltda	Comando da Aeronáutica	3.761	1,10
Rafael Indústria e Confecções Ltda	Comando do Exército	3.183	0,93
Light Servicos de Eletricidade S A	Comando da Marinha	3.047	0,89
AEL Sistemas S.A	Comando do Exército	3.011	0,88
Demais	--	181.451	53,11
Total		341.667	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

Os dados da tabela acima demonstram que o maior fornecedor, *Condor S/A Indústria Química*, representa 14,73% do total do subgrupo, e refere-se ao contrato firmado pelo Comando do Exército, destinado a aquisições cujos objetos guardam relação com a aquisição de produtos/serviços relacionados à Defesa Nacional.

Quanto aos fornecedores do Comando da Aeronáutica, os valores registrados decorrem predominantemente da aquisição de bens/serviços de suporte logístico de aeronaves, além da aquisição de combustíveis e lubrificantes de aviação.

11 – Provisões do Sistema de Proteção dos Militares das Forças Armadas (SPMFA)

Provisões são passivos de prazo ou de valor incertos. Seu reconhecimento ocorre quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

Considerando os dados fornecidos pelos Comandos Singulares, por intermédio e coordenação do Ministério da Defesa, com apoio técnico da Diretoria de Finanças da Marinha (DFM) e do Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV), a remensuração das estimativas do passivo atuarial para o atual exercício das pensões de militares, dos benefícios de militares inativos, das pensões especiais de militares e dos anistiados das Forças Armadas utilizou a metodologia prevista na Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP 15 – Benefícios a Empregados), em conformidade com as recomendações dos Acórdãos nº 1.000/2023, nº 1.464/2022 e nº 684/2022, todas do Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), o que resultou no reconhecimento de passivos atuariais no montante de R\$ 856,09 bilhões.

Nas Demonstrações Contábeis, as provisões estão segregadas em curto e longo prazo e seu detalhamento pode ser demonstrado conforme a Tabela a seguir:

Tabela 27 - Provisões Detalhadas por Conta Contábil

R\$ milhares

Conta Contábil	Dez/2023	Dez/2022 (Republicado)	Evento Subsequente	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Provisões - Curto Prazo	52.529.639	49.354.042	2.578.167	46.775.875	6,43	6,14
Provisão de Benefícios com Militares Inativos	31.686.168	30.885.656	-349.203	31.234.858	2,59	3,70
Provisão de Pensões Militares	19.343.409	16.900.299	2.919.100	13.981.199	14,46	2,26
Provisão de Pensões Especiais/Forças Armadas	1.034.326	1.109.781	0	1.109.781	-6,80	0,12
Provisão de Anistiados das Forças Armadas	465.736	458.307	8.270	450.037	1,62	0,05
Provisões - Longo Prazo	803.563.592	757.267.562	-69.856.812	827.124.374	6,11	93,86
Provisão de Benefícios com Militares Inativos	463.004.144	421.775.263	-72.887.393	494.662.656	9,78	54,08
Provisão de Pensões Militares	327.649.664	322.324.697	2.622.878	319.701.820	1,65	38,27
Provisão de Pensões Especiais/orças Armadas	7.867.546	8.175.467	291.218	7.884.249	-3,77	0,92
Provisão de Anistiados das Forças Armadas	5.042.238	4.992.135	116.485	4.875.650	1,00	0,59
Total	856.093.230	806.621.604	-67.278.645	873.900.250	6,13	100,00

Fonte: Siafi, em 15/2/2024.

Ainda relativo à Tabela 27, cabe mencionar que, conforme disposto na NBC TSP 25 – Evento Subsequente, um evento, que ocorre entre a data das demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações, seja favorável ou desfavorável, é chamado evento subsequente.

Em decorrência de achados apresentados nos relatórios preliminares de auditoria financeira realizada pelo TCU ao avaliarem as Demonstrações Contábeis do Ministério da Defesa do exercício de 2022, foram identificadas fragilidades nos cálculos atuariais das provisões do SPSMFA em período posterior ao encerramento daquele exercício.

Assim, em fevereiro de 2023, foram registrados os ajustes contábeis, relativos ao exercício de 2022, cujos valores estão acima evidenciados e decorrem da falta da proporcionalização *pro rata* de serviços preconizados no item 70 da NBC TSP 15. Quanto aos passivos atuariais de pensões; pensões especiais militares e anistiados políticos militares, a referida reavaliação decorreu da necessidade de aperfeiçoamento do algoritmo matemático-actuarial responsável pelo cálculo.

Nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/2022, foram apurados nos cálculos atuariais passivos o montante de R\$ 806,62 bilhões, que representa um acréscimo de R\$ 49.47 bilhões, ou 6,13% de crescimento.

11.1 - Provisões para Benefícios com Militares Inativos

As provisões para benefícios com militares inativos representam o resultado da avaliação atuarial das estimativas matemáticas dos desembolsos com benefícios futuros destinados aos militares em atividade, bem como daqueles que se encontram na inatividade, em consonância com a regulamentação do SPSMFA.

Tabela 28 - Provisões de Militares Inativos – Curto e Longo Prazo - Por Comando Militar

R\$ milhares

Conta Contábil	Dez/2023	Dez/2022 (Republicado)	Evento Subsequente	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Comando da Marinha	145.901.495	129.210.889	-29.679.053	158.889.943	12,92	29,49
Comando do Exército	233.099.885	216.130.346	-29.304.980	245.435.326	7,85	47,12
Comando da Aeronáutica	115.688.932	107.319.683	-14.252.562	121.572.245	7,80	23,39
Total	494.690.312	452.660.918	-73.236.596	525.897.514	9,28	100,00

Fonte: Siafi, em 15/2/2024.

Em relação ao quarto trimestre, os cálculos atuariais destinados à composição das provisões com Militares Inativos dos Comandos Militares atingiram o montante de R\$ 494,69 bilhões, perfazendo um acréscimo de R\$ 42,03 bilhões, ou 9,28%, atualizados no âmbito do Ministério da Defesa, sob a responsabilidade da Secretaria de Pessoal da Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais

(SEPESD), da Secretaria-Geral (SG/MD), com a colaboração técnica da Diretoria de Finanças da Marinha (DFM), da Marinha do Brasil.

Cumpra registrar que, as provisões de curto e longo prazo dos proventos de militares inativos são evidenciadas em atendimento à NBC TSP 15 e às recomendações do TCU. Os referidos valores representam os montantes necessários para hipótese de liquidação, na data retromencionada, em uma só parcela, de todas as futuras obrigações da União, a serem pagas em um horizonte temporal de cerca de 101 anos, atinentes aos direitos pecuniários proporcionais de inatividade já adquiridos pelos atuais militares ativos, em razão de seus serviços prestados, bem como todos os direitos pecuniários de todos os atuais militares inativos, durante todo o possível período de vida dos atuais ativos e inativos.

Os proventos de militares inativos têm natureza compensatória e fazem parte do SPSMFA. Seu plano de benefício é regido pela Lei nº 6.880/1980, Medida Provisória nº 2.215-10/2001 e Lei nº 13.954/2019.

Sua regra de elegibilidade, em síntese, é materializada por duas possibilidades: (i) o atingimento do tempo de serviço militar mínimo de 35 anos para transferência para a inatividade; e (ii) a reforma, por razões de saúde. Ressalta-se que um maior detalhamento das referidas possibilidades se encontra no subitem 11.1.10 do presente documento.

Os proventos de militares inativos são financiados inteiramente pelo Tesouro Nacional, sendo uma despesa Fiscal da União, sem contribuição do militar, sem contribuição patronal e sem qualquer receita de juros decorrente de capitalização. Assim, conforme o art. 53-A da Lei nº 6.880/1980, cabe ao Tesouro Nacional arcar com todos os encargos financeiros atinentes aos proventos desses militares, do mesmo modo daqueles afetos à remuneração dos militares ativos.

Ante o exposto, as Tabelas a seguir evidenciam o passivo atuarial dos proventos de militares inativos concedidos e a conceder, sem reposição de militares (massa fechada), e descrevem para o conjunto das Forças Armadas e cada Comando Singular, as causas da variação do passivo atuarial no ano de 2023, observando, ainda, a recomendação 9.3.1 do Acórdão 1.464/2022 do TCU, naquilo que cabe, à luz da NBC TSP 15.

Tabela 29 - Composição das Provisões de Militares Inativos – Forças Armadas

	R\$ 1,00	
	Dez/2023	Dez/2022
Saldo de Abertura	452.660.918.387,32	456.426.113.563,43
Receitas ou Despesas de Juros	21.365.595.347,90	21.725.883.005,62
Custo do Serviço Corrente	6.274.365.199,18	5.618.213.312,19
Custo do Serviço Passado	-	-
Ganhos e perdas atuariais - mudanças nas premissas demográficas	49.727.937.077,72	-4.447.490.606,60
Ganhos e perdas atuariais - mudanças nas premissas financeiras	-4.204.262.779,38	2.196.218.876,90
Pagamentos realizados no exercício 2023	-31.134.241.062,80	-28.858.019.764,22
Saldo de fechamento – Provisão no fim do ano	494.690.312.169,94	452.660.918.387,32

Fonte: Anexo A do Ofício nº 35/CASNAV-MB, de 26/2/2024.

Vale mencionar que, conforme depreende-se do Acórdão nº 1.000/2023, houve ainda referente ao exercício anterior uma outra remensuração do passivo. Essa estimativa apontou uma subavaliação da provisão, no valor de R\$ 3,4 bilhões, referente aos benefícios com militares veteranos, em virtude de alteração da taxa de juros de 4,72% para 4,66%.

O resultado da estimativa do presente exercício foi comparado com o que de fato está publicado no último Demonstrativo Contábil anual, que, por sua vez, explica parte da variação acima identificada para o exercício atual.

Ademais, vale ressaltar que, entende-se inadequada a comparação do valor do referido passivo, assim como das demais provisões, com o PIB anual brasileiro, uma vez que o valor representa

o montante necessário para liquidar, em uma única parcela, as obrigações atinentes aos proventos de militares de um horizonte temporal de 101 anos. Ou seja, para comparar o valor contábil acima evidenciado com o PIB, seria necessário, estimar, a valor presente, o PIB do mesmo período.

Tabela 30 – Composição das Provisões de Militares Inativos – Marinha do Brasil (MB) R\$ 1,00

	Dez/2023	Dez/2022
Saldo de Abertura	129.210.889.224,90	132.005.436.797,50
Receitas ou Despesas de Juros	6.098.753.971,42	6.283.458.791,56
Custo do Serviço Corrente	2.169.330.221,10	1.880.242.102,61
Custo do Serviço Passado	-	-
Ganhos e perdas atuariais - mudanças nas premissas demográficas	18.520.288.663,56	-3.465.042.715,18
Ganhos e perdas atuariais - mudanças nas premissas financeiras	-1.310.497.968,29	660.723.566,44
Pagamentos realizados no exercício 2023	-8.787.269.441,39	-8.153.929.318,03
Saldo de fechamento – Provisão no fim do ano	145.901.494.671,30	129.210.889.224,90

Fonte: Anexo A do Ofício nº 35/CASNAV-MB, de 26/2/2024.

A partir da Tabela acima descrita, verifica-se que o passivo de militares inativos da MB registrou variação positiva de 12,92% em relação à posição referente ao ano anterior.

Tabela 31 – Composição das Provisões Militares Inativos – Exército Brasileiro (EB) R\$ 1,00

	Dez/2023	Dez/2022
Saldo de Abertura	216.130.346.095,22	216.694.943.654,83
Receitas ou Despesas de Juros	10.201.352.335,70	10.314.679.317,97
Custo do Serviço Corrente	2.835.331.338,42	2.660.016.635,27
Custo do Serviço Passado	-	-
Ganhos e perdas atuariais - mudanças nas premissas demográficas	20.475.566.789,06	-1.185.371.540,98
Ganhos e perdas atuariais - mudanças nas premissas financeiras	-1.947.886.874,98	1.037.897.838,83
Pagamentos realizados no exercício 2023	-14.594.824.324,96	-13.391.819.810,70
Saldo de fechamento	233.099.885.358,47	216.130.346.095,22

Fonte: Anexo A do Ofício nº 35/CASNAV-MB, de 26/2/2024.

Observa-se que o passivo de militares inativos do Exército Brasileiro registrou variação positiva de 7,85% em relação à posição referente ao ano anterior.

Tabela 32 – Composição das Provisões Militares Inativos – Força Aérea Brasileira (FAB) R\$ 1,00

	Dez/2023	Dez/2022
Saldo de Abertura	107.319.683.067,20	107.725.733.111,10
Receitas ou Despesas de Juros	5.065.489.040,78	5.127.744.896,09
Custo do Serviço Corrente	1.269.703.639,65	1.077.954.574,31
Custo do Serviço Passado	-	-
Ganhos e perdas atuariais - mudanças nas premissas demográficas	10.732.081.625,10	202.923.649,56
Ganhos e perdas atuariais - mudanças nas premissas financeiras	-945.877.936,10	497.597.471,63
Pagamentos realizados no exercício 2023	-7.752.147.296,45	-7.312.270.635,49
Saldo de fechamento	115.688.932.140,18	107.319.683.067,20

Fonte: Anexo A do Ofício nº 35/CASNAV-MB, de 26/2/2024.

Percebe-se que o passivo de militares inativos da FAB registrou variação positiva de 7,80% em relação à posição referente ao ano anterior.

Premissas atuariais e financeiras das Provisões para Benefícios com Militares Inativos

11.1.1 - Tábuas biométricas

Os testes estatísticos para seleção das tábuas biométricas consideraram dados históricos da população militar de ativos, inativos e pensionistas de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2021. Para a seleção das tábuas biométricas foi utilizado o teste Kolmogorov-Smirnov. Dentre as

tábuas aderentes, foram escolhidas para o cálculo as que geraram o menor Erro Quadrático Médio. Ressalta-se que na hipótese de rejeição dos resultados dos testes estatísticos aplicados aos dados recebidos em 2023, foram repetidas as tábuas utilizadas no cálculo do passivo atuarial do ano de 2022. Tal fato ocorreu com as tábuas de mortalidade de inválidos e entrada em invalidez.

A Tabela a seguir descreve as tábuas utilizadas.

Tabela 33 – Tábuas Biométricas Selecionadas

Tábua	2023
Tábuas de mortalidade de ativos, inativos e pensionistas do sexo masculino	AT 49 Male -47%
Tábuas de mortalidade de ativos, inativos e pensionistas do sexo feminino	AT 71 -42%
Tábuas de mortalidade de inválidos do sexo masculino	<i>Rentiers Francais</i> - 9%
Tábuas de mortalidade de inválidos do sexo feminino	<i>Rentiers Francais</i> -9%
Tábua de entrada em invalidez (ambos os sexos)	RGPS 9902 MM -42%

Fonte: Anexo A do Ofício nº 35/CASNAV-MB, de 26/2/2024.

11.1.2 - Taxa de rotatividade

Foram calculadas as probabilidades de desligamento para cada idade dos militares da ativa, conforme o fluxo de rotatividade de militares ativos, a partir de dados fornecidos pelas Forças Singulares.

11.1.3 - Taxa de Juros

Considerando o valor de 14,6 anos para a duração do passivo dos proventos de militares inativo, foi utilizada a taxa de juros de 4,79% a.a., conforme Portaria nº 3.289 de 23 de agosto de 2023, do Ministério da Previdência Social, a qual internaliza o item 88 da NBC TSP 15 ao considerar as Estruturas a Termo de Taxa de Juros diárias baseadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) para determinação das taxas de juros a serem utilizadas para cada intervalo de duração de passivo. Dessa forma, em relação a estimativa anterior, a taxa de juros foi alterada de 4,72% a.a. para 4,79% a.a.

Quando comparado ao exercício anterior, houve uma outra remensuração do passivo devido a correções da premissa da taxa de juros. Essa nova estimativa apontou uma subavaliação a provisão no valor de R\$ 3,4 bilhões, referente aos benefícios com militares inativos, em virtude de alteração da taxa de juros de 4,72% a.a. para 4,66% a.a.

11.1.4 - Taxa de Inflação

Não foram considerados os efeitos de inflação, haja vista que todas as variáveis financeiras seriam influenciadas por essa variável na mesma magnitude e período.

11.1.5 - Crescimento da remuneração e proventos

a) remuneração de militares ativos: para o crescimento da remuneração de militares ativos foi considerada a Lei nº 13.954/2019, cujos efeitos financeiros se estendem até o ano de 2024. Adicionalmente aos efeitos da referida Lei, em vez de ser utilizada uma taxa única de crescimento salarial por progressão funcional, foi considerada a evolução salarial individual decorrente das promoções previstas na carreira de cada militar ativo de cada Força, inclusive as de Oficial-General;

b) proventos de militares inativos: para o crescimento da remuneração de militares inativos foram considerados os efeitos da Lei nº 13.954/2019, os quais elevam os proventos individuais anuais até o ano de 2024.

11.1.6 - Valor do benefício

Foi considerado o valor da última remuneração básica bruta do período ativo.

11.1.7 - Reposição de militares

Não houve reposição de militares para os resultados apresentados, em razão de ter sido considerada a população militar de massa fechada, em consonância com a NBC TSP 15.

11.1.8 - Alíquotas e Base de Contribuição

Não há contribuição para os proventos de militares inativos.

11.1.9 - Idade de entrada nas Forças Armadas

Foi considerada a idade resultante da diferença entre a data de ingresso na Força e a data de nascimento do militar constantes nos dados fornecidos pelas Forças Singulares.

11.1.10 - Regra de transferência para a inatividade remunerada

a) Inatividade Programável:

I) Regra Geral - militares que **não** ascenderão ao Generalato: 35 anos de serviço militar;

II) Exceção à regra - militares que ascenderão ao Generalato: o seguinte tempo de serviço militar foi considerado para inativação: (i) Oficiais-Generais de duas estrelas: em média 40 anos de serviço, sendo a promoção a duas estrelas aos 36 anos de serviço; (ii) Oficiais-Generais de três estrelas: em média 44 anos de serviço, sendo a promoção a três estrelas aos 40 anos de serviço; (iii) Oficiais-Generais de quatro estrelas: em média 48 anos de serviço, sendo a promoção a quatro estrelas aos 44 anos de serviço. Ressalta-se que para promoção aos postos de Oficiais-Generais foram consideradas apenas as carreiras que permitem tal situação.

b) Inatividade por invalidez: conforme probabilidades da tábua biométrica de entrada em invalidez.

11.1.11 - Compensação Financeira entre contribuições para pensão militar e regimes previdenciários

Não foi considerada em razão da falta de regulamentação do § 9º-A do art. 201 da Constituição Federal de 1988.

11.1.12 - Horizonte Temporal Avaliado

O horizonte temporal do atual cálculo abrange todo o período de vida dos atuais recebedores e dos possíveis futuros recebedores dos benefícios.

11.2 – Provisões de Pensões Militares

A pensão militar tem natureza compensatória e faz parte do SPSMFA. Seu plano de benefício é regrado pela Lei nº 3.765/1960, Lei nº 6.880/1980, Medida Provisória nº 2.215-10/2001 e Lei nº 13.954/2019.

Sua regra de elegibilidade é materializada pelo evento de morte do militar, combinada com a existência de beneficiário do militar habilitado ao recebimento do referido direito.

Tabela 34 – Provisões de Pensões de Militares

Conta Contábil	Dez/2023	R\$ milhares				
		Dez/2022 (Republicado)	Evento Subsequente	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Comando da Marinha	92.056.565	90.816.296	1.427.116	89.389.180	1,37	26,53
Comando do Exército	178.717.735	174.300.627	2.648.609	171.652.018	2,53	51,50
Comando da Aeronáutica	76.218.773	74.108.074	1.466.253	72.641.821	2,85	21,97
Total	346.993.073	339.224.997	5.541.978	333.683.019	2,29	100,00

Fonte: Siafi, em 31/1/2024.

As provisões de curto e longo prazo das pensões de militares é uma provisão contábil evidenciada em atendimento à NBC TSP 15 e a recomendações do TCU. O total estimado das referidas provisões, em 31 de dezembro de 2023, foi de R\$ 346,99 bilhões, o que representa um acréscimo de R\$ 7,77 bilhões, ou 2,29%.

Esse valor representa o montante necessário para hipótese de liquidação, em uma só parcela, na data retromencionada, de todas as futuras obrigações da União, a serem pagas em um horizonte

temporal de cerca de 119 anos, atinentes aos direitos de pensão já adquiridos pelos atuais militares ativos (direito proporcional) e veteranos (direito integral), em razão de seus serviços prestados, bem como todos os direitos pecuniários de todos os atuais pensionistas, durante todo o possível período de vida dos atuais pensionistas e futuros beneficiários de pensão.

O financiamento da pensão militar dá-se por meio de sistema de fluxo de caixa mensal, em que existe somente a contribuição do participante, sem contribuição patronal e sem qualquer receita de juros decorrente de capitalização. No entanto, conforme o § 2º-A do art. 71 da Lei nº 6.880/1980, cabe ao Tesouro Nacional, arcar com a parcela de despesas que excede a capacidade de financiamento das contribuições dos militares e de seus pensionistas.

As Tabelas a seguir evidenciam o passivo atuarial das pensões de militares concedidas e a conceder, sem reposição de militares (massa fechada), e descrevem para o conjunto das Forças Armadas e cada Comando Singular, as causas da variação do passivo atuarial do presente exercício. Foram construídas em consonância com a recomendação 9.3.1 do Acórdão nº 1.464/2022/TCU e, naquilo que cabe, à luz da NBC TSP 15.

Tabela 35 – Composição das Provisões de Pensões de Militares – Forças Armadas

R\$ 1,00

	Dez/2023	Dez/2022
Saldo de Abertura	339.224.996.630,88	335.883.762.935,76
Receitas ou Despesas de Juros	16.011.419.840,98	16.391.127.631,27
Custo do Serviço Corrente	1.890.257.825,20	1.986.862.596,71
Custo do Serviço Passado	-	-
Ganhos e perdas atuariais - mudanças nas premissas demográficas	24.201.773.605,26	413.143.252,31
Ganhos e perdas atuariais - mudanças nas premissas financeiras	-8.692.795.431,77	8.711.414.353,38
Pagamentos realizados no exercício 2023	-25.642.579.289,04	-24.161.314.138,56
Saldo de fechamento – Provisão no fim do ano	346.993.073.181,51	339.224.996.630,88

Fonte: Anexo A do Ofício nº 35/CASNAV-MB, de 26/2/2024.

Tabela 36 – Composição das Provisões de Pensões de Militares – Marinha do Brasil

R\$ 1,00

	Dez/2023	Dez/2022
Saldo de Abertura	90.816.295.653,15	87.250.970.448,12
Receitas ou Despesas de Juros	4.286.529.154,83	4.257.847.357,87
Custo do Serviço Corrente	620.032.328,35	662.097.994,90
Custo do Serviço Passado	-	-
Ganhos e perdas atuariais - mudanças nas premissas demográficas	5.025.485.189,06	1.982.702.209,43
Ganhos e perdas atuariais - mudanças nas premissas financeiras	-2.330.552.981,59	2.393.708.539,97
Pagamentos realizados no exercício 2023	-6.361.224.659,74	-5.731.030.897,14
Saldo de fechamento	92.056.564.684,06	90.816.295.653,15

Fonte: Anexo A do Ofício nº 35/CASNAV-MB, de 26/2/2024.

Observa-se que o passivo de pensões de militares da Marinha do Brasil teve variação positiva de 1,37% em relação à posição referente ao ano anterior.

Tabela 37 – Composição das Provisões de Pensões de Militares – Exército Brasileiro

R\$ 1,00

	Dez/2023	Dez/2022
Saldo de Abertura	174.300.626.706,17	175.173.768.186,04
Receitas ou Despesas de Juros	8.226.989.580,53	8.548.479.887,48
Custo do Serviço Corrente	897.399.727,78	912.470.409,34
Custo do Serviço Passado	-	-
Ganhos e perdas atuariais - mudanças nas premissas demográficas	14.004.057.829,41	-822.912.634,53
Ganhos e perdas atuariais - mudanças nas premissas financeiras	-4.360.461.071,30	4.283.965.294,42
Pagamentos realizados no exercício 2023	-14.350.877.615,62	-13.795.144.436,59
Saldo de fechamento	178.717.735.156,98	174.300.626.706,17

Fonte: Anexo A do Ofício nº 35/CASNAV-MB, de 26/2/2024.

Verifica-se que o passivo de pensões de militares do Exército Brasileiro teve variação positiva de 2,53% em relação à posição referente ao ano anterior.

Tabela 38 – Composição das Provisões de Pensões de Militares – Força Aérea Brasileira R\$ 1,00

	Dez/2023	Dez/2022
Saldo de Abertura	74.108.074.271,50	73.459.024.301,60
Receitas ou Despesas de Juros	3.497.901.105,61	3.584.800.385,92
Custo do Serviço Corrente	372.825.769,06	412.294.192,46
Custo do Serviço Passado	-	-
Ganhos e perdas atuariais - mudanças nas premissas demográficas	5.172.230.586,79	-746.646.322,59
Ganhos e perdas atuariais - mudanças nas premissas financeiras	-2.001.781.378,88	2.033.740.518,99
Pagamentos realizados no exercício 2023	-4.930.477.013,68	-4.635.138.804,83
Saldo de fechamento	76.218.773.340,40	74.108.074.271,50

Fonte: Anexo A do Ofício nº 35/CASNAV-MB, de 26/2/2024.

A partir da Tabela acima descrita, verifica-se que o passivo de pensões de militares da Força Aérea Brasileira teve variação positiva de 2,85% em relação à posição referente ao ano anterior.

Premissas atuariais e financeiras das Provisões Pensões de Militares

11.2.1 - Tábuas biométricas

Idem ao item 11.1.1.

11.2.2 - Taxa de Rotatividade

Idem ao item 11.1.2.

11.2.3 - Taxa de juros

Considerando o valor de 17,9 anos para a duração do passivo das pensões de militares, foi obtida a taxa de juros de 4,87% a.a. utilizada no cálculo do passivo das pensões de militares, conforme Portaria nº 3.289 de 23 de agosto de 2023, do Ministério do Trabalho e Previdência, a qual internaliza o item 88 da NBC TSP 15 ao considerar as Estruturas a Termo de Taxa de Juros diárias baseadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) para determinação das taxas de juros a serem utilizadas para cada intervalo de duração de passivo. Dessa forma, em relação a estimativa anterior, a taxa de juros foi alterada de 4,72% a.a. para 4,87% a.a.

11.2.4 - Taxa de inflação

Idem ao item 11.1.4.

11.2.5 - Crescimento da remuneração, proventos e benefícios

Adicionalmente ao contido no item 11.1.5., considera-se para o crescimento do valor do benefício de pensão de militares os efeitos da Lei nº 13.954/2019, os quais elevam os proventos individuais anuais até o ano de 2024.

11.2.6 - Valor do benefício

Foi considerado o valor da última remuneração básica bruta do período ativo, além dos valores do salário de contribuição de veteranos e do valor do benefício de pensão.

11.2.7 - Reposição de militares

Idem ao item 11.1.7.

11.2.8 - Alíquotas e Base de Contribuição

As alíquotas de contribuição de ativos, veteranos e de pensionistas utilizadas foram as constantes no art. 3º-A da Lei nº 3.765/1960, com alterações promovidas pela Lei nº 13.954/2019.

11.2.9 - Composição familiar

Considerando que: (i) o estudo técnico sobre composição familiar de militares das Forças Armadas para a presente estimativa de passivo atuarial das pensões contou com dados das três Forças Singulares no período observacional compreendido entre 2017 a 2021, sendo este estudo concluído em 2022; (ii) em dois anos não ocorrem alterações da característica de uma população; e (iii) as práticas atuariais indicam a possibilidade de realização do estudo de composição familiar em intervalos de três a cinco anos (por exemplo: Inciso I, do Art. 35, da Instrução Previc nº 33, de 23 de outubro de 2020); foi considerada a mesma tábua de composição familiar utilizada na avaliação atuarial das pensões de militares do exercício de 2023, conforme a seguir:

- **Benefícios de Pensão a Conceder:** foi construída a Tábua de Composição Familiar dos militares ativos e veteranos vivos. Assim, foi estimada, para cada idade do militar, a probabilidade de deixar pensão por morte, vitalícia ou temporária; e
- **Benefícios de Pensões Concedidas:** dentre os beneficiários da pensão do instituidor, foi escolhido aquele que gera pensão com maior duração de tempo.

11.3 – Provisão para Reparações a Anistiados Militares

As reparações a anistiados são indenizações que buscam compensar cidadãos que sofreram prejuízos causados por ações e políticas de Estado. São benefícios vinculados às Forças Armadas que não fazem parte do SPSMFA.

As provisões de curto e longo prazo das reparações de anistiados políticos militares são evidenciadas em atendimento à NBC TSP 15 e a recomendações do TCU. O total estimado das referidas provisões, em 31 de dezembro de 2023, foi de R\$ 5,51 bilhões, que representa um acréscimo de R\$ 57,5 milhões, ou 1,06%.

Tabela 39 – Provisões de Reparações a Anistiados Militares

Conta Contábil	Dez/2023	Dez/2022 (Ajustado)	Evento Subsequente	Dez/2022	R\$ milhares	
					AH (%)	AV (%)
Comando da Marinha	1.969.807	2.014.311	40.889	1.973.422	-2,21	35,76
Comando do Exército	150.776	153.298	4.432	148.866	-1,65	2,74
Comando da Aeronáutica	3.387.391	3.282.832	79.433	3.203.400	3,19	61,50
Total	5.507.973	5.450.442	124.754	5.325.687	1,06	100,00

Fonte: Siafi, em 31/1/2024.

Os referidos valores representam o montante necessário para hipótese de liquidação, na data retromencionada, em uma só parcela, de todas as futuras obrigações da União, a serem pagas em um horizonte temporal de cerca de 109 anos, atinentes aos direitos pecuniários de todos os atuais beneficiários, enquanto permanecerem vivos, bem como durante o período de vida de seus dependentes elegíveis, no caso da possibilidade de o benefício ser revertido para o dependente no caso de morte do atual recebedor.

A regra de elegibilidade, plano de benefício e valor de tais reparações dependem da aprovação de Lei específica para atender a situações concretas que se encaixem a pressupostos. Ou seja, as situações concretas são os fatos que elegem a indenização permanente aprovada em um dos seguintes diplomas legais: Decreto-Lei nº 8.794, de 23 de janeiro de 1946; Decreto-Lei nº 8.795, de 23 de janeiro de 1946; Lei nº 2.579, de 23 de agosto de 1955; art. 26 da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960; art. 30 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963; Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967; Lei nº 6.592, de 17 de novembro de 1978; Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1985; Lei nº 8.059, de 4 de julho de 1990; Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994; e Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

As despesas atinentes às reparações com anistiados políticos militares são financiadas pelo Tesouro Nacional e por contribuições dos beneficiários de tais indenizações, sem contribuição patronal e sem qualquer receita de juros decorrente de capitalização.

O custo corrente e o custo passado das pensões de anistiados políticos militares não foram estimados em razão dos seguintes fatos: (i) o cálculo do custo corrente aplica-se somente a indivíduos na fase ativa de trabalho; e (ii) o cálculo do custo passado não se aplica por não ter ocorrido alteração do plano em relação ao ano anterior.

Considerando os argumentos anteriormente apresentados, a Tabela a seguir evidencia somente os benefícios concedidos, haja vista que novas concessões de tais benefícios dependem da aprovação de nova Lei.

Tabela 40 – Composição das Provisões de Anistiados – Forças Armadas R\$ 1,00

	Dez/2023
Saldo de Abertura – Provisão no início do ano	5.450.441.766,37
Receitas ou Despesas de Juros	238.099.155,62
Custo do Serviço Corrente	-
Custo do Serviço Passado	-
Ganhos e perdas atuariais - mudanças nas premissas demográficas	527.908.322,95
Ganhos e perdas atuariais - mudanças nas premissas financeiras	-109.956.513,14
Pagamentos realizados no exercício 2023	- 598.519.234,75
Saldo de fechamento – Provisão no fim do ano	5.507.973.497,04

Fonte: Anexo A do Ofício nº 35/CASNAV-MB, de 26/2/2024.

Tabela 41 – Composição das Provisões de Anistiados – Marinha do Brasil R\$ 1,00

	Dez/2023
Saldo de Abertura – Provisão no início do ano	2.014.311.338,22
Receitas ou Despesas de Juros	87.823.974,35
Custo do Serviço Corrente	-
Custo do Serviço Passado	-
Ganhos e perdas atuariais - mudanças nas premissas demográficas	92.321.764,65
Ganhos e perdas atuariais - mudanças nas premissas financeiras	- 43.628.769,23
Pagamentos realizados no exercício 2023	-181.021.361,66
Saldo de fechamento – Provisão no fim do ano	1.969.806.946,33

Fonte: Anexo A do Ofício nº 35/CASNAV-MB, de 26/2/2024.

Tabela 42 – Composição das Provisões de Anistiados – Exército Brasileiro R\$ 1,00

	Dez/2023
Saldo de Abertura – Provisão no início do ano	153.298.201,40
Receitas ou Despesas de Juros	6.683.801,58
Custo do Serviço Corrente	-
Custo do Serviço Passado	-
Ganhos e perdas atuariais - mudanças nas premissas demográficas	53.011.461,50
Ganhos e perdas atuariais - mudanças nas premissas financeiras	- 2.014.936,16
Pagamentos realizados no exercício 2023	-60.202.584,16
Saldo de fechamento – Provisão no fim do ano	150.775.944,16

Fonte: Anexo A do Ofício nº 35/CASNAV-MB, de 26/2/2024.

Tabela 43 – Composição das Provisões de Anistiados – Força Aérea Brasileira

R\$ 1,00

	Dez/2023
Saldo de Abertura – Provisão no início do ano	3.282.832.226,75
Receitas ou Despesas de Juros	143.131.485,09
Custo do Serviço Corrente	-
Custo do Serviço Passado	-
Ganhos e perdas atuariais - mudanças nas premissas demográficas	383.034.991,39
Ganhos e perdas atuariais - mudanças nas premissas financeiras	- 64.312.807,75
Pagamentos realizados no exercício 2023	- 357.295.288,93
Saldo de fechamento – Provisão no fim do ano	3.387.390.606,55

Fonte: Anexo A do Ofício nº 35/CASNAV-MB, de 26/2/2024.

Premissas atuariais e financeiras das Provisões para Reparações a Anistiados Militares

11.3.1 - Tábuas biométricas

Idem ao subitem 11.1.1.

11.3.2 – Composição Familiar

Idem ao subitem 11.2.9.

11.3.3 – Taxa de rotatividade

Não se aplica em razão do cálculo considerar apenas benefícios concedidos.

11.3.4 – Taxa de juros

Considerando o valor de 9,5 anos para a duração do passivo de reparações de anistiados políticos militares, foi utilizada a taxa de juros de 4,58% a.a. conforme Portaria nº 3.289 de 23 de agosto de 2023, do Ministério do Trabalho e Previdência, a qual internaliza o item 88 da NBC TSP 15 ao considerar as Estruturas a Termo de Taxa de Juros diárias baseadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) para determinação das taxas de juros a serem utilizadas para cada intervalo de duração de passivo.

11.3.5 – Taxa de inflação

Idem ao item 11.1.4.

11.3.6 – Crescimento da remuneração e proventos

Não se aplica em razão do cálculo considerar apenas benefícios concedidos.

11.3.7 – Valor do benefício

Foi considerado o valor individual do benefício concedido informado pelas Forças Singulares.

11.3.8 – Reposição de militares

Não se aplica em razão do cálculo considerar apenas benefícios concedidos.

11.3.9 – Alíquotas e Base de Contribuição

Foi considerada a contribuição de 10,5% sobre o valor recebido por cada beneficiário.

11.3.10 – Idade de entrada nas Forças Armadas

Não se aplica em razão do cálculo considerar apenas benefícios concedidos, bem como em razão de as reparações a anistiados políticos militares independem de transferência para a inatividade militar remunerada.

11.3.11 – Regra de transferência para a inatividade remunerada

Não se aplica em razão de as reparações a anistiados políticos militares independem de transferência para a inatividade remunerada.

11.3.12 – Compensação Financeira entre as contribuições para a pensão militar e os regimes previdenciários

Não se aplica em razão de tais benefícios independerem da aquisição de direitos adquiridos em regimes previdenciários.

11.3.13 – Horizonte Temporal avaliado

Idem ao item 11.1.12.

11.4 – Provisão para Pensões Especiais de Militares

As pensões especiais são originadas por políticas de Estado que têm por objetivo compensar cidadãos que prestaram eventuais e relevantes serviços à defesa dos interesses nacionais. São benefícios vinculados às Forças Armadas que não fazem parte do SPSMFA.

As provisões de curto e longo prazo das pensões especiais de militares são provisões contábeis evidenciadas em atendimento à NBC TSP 15 e a recomendações do TCU. O total estimado das referidas provisões, em 31 de dezembro de 2023, foi de R\$ 8,90 bilhões, representando uma redução de R\$ 383,4 milhões, ou 4,13%.

Tabela 44 – Provisões de Pensões Especiais de Militares

R\$ milhares

Conta Contábil	Dez/2023	Dez/2022 (Ajustado)	Evento Subsequente	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Comando da Marinha	14.996	17.242	92	17.150	-13,03	0,17
Comando do Exército	8.553.375	8.915.099	277.963	8.637.137	-4,06	96,09
Comando da Aeronáutica	333.501	352.906	13.163	339.742	-5,50	3,75
Total	8.901.872	9.285.248	291.218	8.994.030	-4,13	100,00

Fonte: Siafi, em 31/1/2024.

Os referidos valores representam o montante necessário para hipótese de liquidação, na data retromencionada, em uma só parcela, de todas as futuras obrigações da União, a serem pagas em um horizonte temporal de cerca de 110 anos, atinentes aos direitos pecuniários de todos os atuais beneficiários, enquanto permanecerem vivos, bem como durante o período de vida de seus dependentes elegíveis, no caso da possibilidade de o benefício ser revertido para o dependente no caso de morte do atual receptor.

A regra de elegibilidade, plano de benefício e valor de tais pensões dependem da aprovação de Lei específica para atender as situações concretas que se encaixem nos pressupostos acima descritos. Ou seja, as situações concretas são os fatos que elegem a indenização permanente aprovada em um dos seguintes diplomas legais: Decreto-Lei nº 8.794/1946; Decreto-Lei nº 8.795/1946; Lei nº 2.579/1955; art. 26 da Lei nº 3.765/1960; art. 30 da Lei nº 4.242/1963; Lei nº 5.315/1967; Lei nº 6.592/1978; Lei nº 7.424/1985; Lei nº 8.059/1990; Lei nº 8.878/1994; e Lei nº 10.559/2002.

As despesas atinentes às pensões especiais são financiadas pelo Tesouro Nacional e por contribuições dos beneficiários de tais indenizações, sem contribuição patronal e sem qualquer receita de juros decorrente de capitalização.

O custo corrente e o custo passado das pensões especiais não foram estimados em razão dos seguintes fatos: (i) o cálculo do custo corrente aplica-se somente a indivíduos na fase ativa de trabalho; e (ii) o cálculo do custo passado não se aplica por não ter ocorrido alteração do plano em relação ao ano anterior.

Considerando os argumentos anteriormente apresentados, a Tabela a seguir evidencia somente os benefícios concedidos, haja vista que novas concessões de tais benefícios dependem da aprovação de nova Lei.

Tabela 45 – Composição das Provisões de Pensões Especiais – Forças Armadas

R\$ 1,00

	Dez/2023
Saldo de Abertura – Provisão no início do ano	9.285.247.661,34
Receitas ou Despesas de Juros	431.582.096,41
Custo do Serviço Corrente	-
Custo do Serviço Passado	-
Ganhos e perdas atuariais - mudanças nas premissas demográficas	- 652.707.895,83
Ganhos e perdas atuariais - mudanças nas premissas financeiras	- 160.405.770,43
Pagamentos realizados no exercício 2023	- 1.844.497,99
Saldo de fechamento – Provisão no fim do ano	8.901.871.593,50

Fonte: Anexo A do Ofício nº 35/CASNAV-MB, de 26/2/2024.

Tabela 46 – Composição das Provisões de Pensões Especiais – Marinha do Brasil

R\$ 1,00

	Dez/2023
Saldo de Abertura – Provisão no início do ano	17.242.400,04
Receitas ou Despesas de Juros	751.768,64
Custo do Serviço Corrente	-
Custo do Serviço Passado	-
Ganhos e perdas atuariais - mudanças nas premissas demográficas	- 2.414.609,44
Ganhos e perdas atuariais - mudanças nas premissas financeiras	- 285.789,10
Pagamentos realizados no exercício 2023	- 298.113,02
Saldo de fechamento – Provisão no fim do ano	14.995.657,13

Fonte: Anexo A do Ofício nº 35/CASNAV-MB, de 26/2/2024.

Tabela 47 – Composição das Provisões de Pensões Especiais – Exército Brasileiro

R\$ 1,00

	Dez/2023
Saldo de Abertura – Provisão no início do ano	8.915.099.457,91
Receitas ou Despesas de Juros	388.698.336,36
Custo do Serviço Corrente	-
Custo do Serviço Passado	-
Ganhos e perdas atuariais - mudanças nas premissas demográficas	- 635.741.436,58
Ganhos e perdas atuariais - mudanças nas premissas financeiras	- 114.270.899,43
Pagamentos realizados no exercício 2023	- 410.201,11
Saldo de fechamento – Provisão no fim do ano	8.553.375.257,15

Fonte: Anexo A do Ofício nº 35/CASNAV-MB, de 26/2/2024.

Tabela 48 – Composição das Provisões de Pensões Especiais – Força Aérea Brasileira

R\$ 1,00

	Dez/2023
Saldo de Abertura – Provisão no início do ano	352.905.803,39
Receitas ou Despesas de Juros	15.386.693,03
Custo do Serviço Corrente	-
Custo do Serviço Passado	-
Ganhos e perdas atuariais - mudanças nas premissas demográficas	12.193.448,56
Ganhos e perdas atuariais - mudanças nas premissas financeiras	- 45.849.081,90
Pagamentos realizados no exercício 2023	- 1.136.183,86
Saldo de fechamento – Provisão no fim do ano	333.500.679,22

Fonte: Anexo A do Ofício nº 35/CASNAV-MB, de 26/2/2024.

Premissas atuariais e financeiras das Provisões de Pensões Especiais de Militares

11.4.1 - Tábuas biométricas

Idem ao subitem 11.1.1.

11.4.2 – Composição Familiar

Não se aplica por se tratar de benefício de pensão especial já concedido.

11.4.3 – Taxa de rotatividade

Não se aplica em razão do cálculo considerar apenas benefícios concedidos.

11.4.4 – Taxa de juros

Para o passivo das pensões especiais de militares considera-se o valor de 8,9 anos para a duração do passivo e foi utilizada a taxa de juros de 4,52% a.a. conforme Portaria nº 3.289 de 23 de agosto de 2023, do Ministério do Trabalho e Previdência, a qual internaliza o item 88 da NBC TSP 15 ao considerar as Estruturas a Termo de Taxa de Juros diárias baseadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) para determinação das taxas de juros a serem utilizadas para cada intervalo de duração de passivo.

11.4.5 – Taxa de inflação

Idem ao subitem 11.1.4.

11.4.6 – Crescimento da remuneração e proventos

Não se aplica em razão do cálculo considerar apenas benefícios concedidos.

11.4.7 – Valor do benefício

Foi considerado o valor individual do benefício concedido informado pelas Forças Singulares.

11.4.8 – Reposição de militares

Não se aplica em razão do cálculo considerar apenas benefícios concedidos

11.4.9 – Alíquotas e Base de Contribuição

Foi considerada a contribuição de 10,5% sobre o valor recebido por cada beneficiário.

11.4.10 – Idade de entrada nas Forças Armadas

Não se aplica em razão do cálculo considerar apenas benefícios concedidos, bem como em razão de as pensões especiais dependerem de transferência para a inatividade militar remunerada.

11.4.11 – Regra de transferência para a inatividade remunerada

Não se aplica em razão de as pensões especiais dependerem de transferência para a inatividade remunerada.

11.4.12 – Compensação Financeira entre as contribuições para a pensão militar e os regimes previdenciários

Não se aplica em razão de tais benefícios dependerem da aquisição de direitos adquiridos em regimes previdenciários.

11.4.13 – Horizonte Temporal avaliado

O horizonte temporal do atual cálculo abrange todo o período de vida dos atuais beneficiários das pensões especiais.

11.5 – Testes de Sensibilidade

11.5.1 – Sensibilidade sobre taxa de juros

O passivo atuarial aumenta conforme se reduz a taxa de juros. Da mesma forma, o passivo atuarial é reduzido conforme se aumenta a taxa de juros. Foi utilizada uma variação de 1% para mais e para menos nas taxas de juros de cada subpopulação.

Sensibilidade da taxa de juros para o passivo de Militares Inativos

Em relação a taxa principal e de referência para o teste de sensibilidade, a taxa de 4,79%, a variação do passivo atuarial utilizando a taxa de 5,79% tem uma redução de 10,85% com o resultado de R\$ 441.014.762.824,44.

Em relação a taxa principal e de referência para o teste de sensibilidade, a taxa de 4,79%, a variação do passivo atuarial utilizando a taxa de 3,79% tem um aumento de 13,45% com o resultado de R\$ 561.229.116.562,35.

Tabela 49 – Sensibilidade da Taxa de Juros – Passivo de Militares Inativos R\$ 1,00

Militares Inativos	Taxa 3,79%	Taxa 4,79%	Taxa 5,79%
Direito Adquirido	391.727.494.058,79	355.333.955.873,10	324.680.292.864,76
Benefício Acumulado	169.501.622.503,57	139.356.356.296,86	116.334.469.959,68
Total	561.229.116.562,35	494.690.312.169,96	441.014.762.824,44

Fonte: Anexo A do Ofício nº 35/CASNAV-MB, de 26/2/2024.

Sensibilidade da taxa de juros para o passivo das Pensões de Militares

Em relação a taxa principal e de referência para o teste de sensibilidade, a taxa de 4,87%, a variação do passivo atuarial, utilizando a taxa de 5,87%, tem uma redução de 14,25% com o resultado de R\$ 297.561.660.600,78.

Em relação a taxa principal e de referência para o teste de sensibilidade, a taxa de 4,87%, a variação do passivo atuarial, utilizando a taxa de 3,87%, tem um aumento de 19,04% com o resultado de R\$ 413.060.474.035,40

Tabela 50 – Sensibilidade da Taxa de Juros – Passivo das Pensões Militares R\$ 1,00

Pensionistas	Taxa 3.88%	Taxa 4.88%	Taxa 5.88%
Direito Adquirido	382.625.332.978,03	328.404.862.612,17	286.305.570.269,62
Benefício Acumulado	30.435.141.057,38	18.588.210.569,34	11.256.090.331,16
Total	413.060.474.035,40	346.993.073.181,51	297.561.660.600,78

Fonte: Anexo A do Ofício nº 35/CASNAV-MB, de 26/2/2024.

Sensibilidade da taxa de juros para o passivo de Anistiados Militares

Em relação a taxa principal e de referência para o teste de sensibilidade, a taxa de 4,58%, a variação do passivo atuarial, utilizando a taxa de 5,58%, tem uma redução de 8,22% com o resultado de R\$ 5.055.486.869,40.

Em relação a taxa principal e de referência para o teste de sensibilidade, a taxa de 4,58%, a variação do passivo atuarial, utilizando a taxa de 3,58%, tem um aumento de 9,72% com o resultado de R\$ 6.043.258.427,98.

Tabela 51 – Sensibilidade da Taxa de Juros – Passivo de Anistiados Militares R\$ 1,00

Pensionistas	Taxa 3,58%	Taxa 4,58%	Taxa 5,58%
Direito Adquirido	6.043.258.427,98	5.507.973.497,04	5.055.486.869,40
Total	6.043.258.427,98	5.507.973.497,04	5.055.486.869,40

Fonte: Anexo A do Ofício nº 35/CASNAV-MB, de 26/2/2024.

Sensibilidade da taxa de juros para o passivo das Pensões Especiais de Militares

Em relação a taxa principal e de referência para o teste de sensibilidade, a taxa de 4,52%, a variação do passivo atuarial, utilizando a taxa de 5,52%, tem uma redução de 7,99% com o resultado de R\$ 8.190.408.677,37

Em relação a taxa principal e de referência para o teste de sensibilidade, a taxa de 4,52%, a variação do passivo atuarial, utilizando a taxa de 3,52%, tem um aumento de 8,36% com o resultado de R\$ 9.645.721.381,29.

Tabela 52 – Sensibilidade da Taxa de Juros – Passivo das Pensões Especiais de Militares R\$ 1,00

Pensionistas	Taxa 3,52%	Taxa 4,52%	Taxa 5,52%
Direito Adquirido	9.645.721.381,29	8.901.871.593,49	8.190.408.677,37
Total	9.645.721.381,29	8.901.871.593,49	8.190.408.677,37

Fonte: Anexo A do Ofício nº 35/CASNAV-MB, de 26/2/2024.

11.5.2 – Sensibilidade dos efeitos das tábuas biométricas

Para todas as tábuas biométricas utilizadas no cálculo do passivo atuarial foi promovido o agravamento e o desagravamento, também variando em 1% para mais e para menos como no teste de sensibilidade para o efeito da taxa de juros.

Sensibilidade dos efeitos das tábuas biométricas no passivo dos Proventos de Inativos Militares

O passivo atuarial dos inativos militares, ao serem desagravadas as tábuas biométricas em -1%, aumentou de R\$ 494.690.312.169,96 para R\$ 496.025.957.508,07, representando uma redução de 0,27%. Em relação ao agravamento das tábuas em +1%, o resultado do passivo foi de redução de R\$ 494.690.312.169,92 para R\$ 493.483.460.089,96, representando uma redução de 0,24%.

Tabela 53 – Sensibilidade das Tábuas Biométricas – Militares Inativos R\$ 1,00

Militares Inativos	Tábuas menos 1%	Passivo	Tábuas mais 1%
Direito Adquirido	356.336.879.469,26	355.333.955.873,09	354.378.287.462,87
Benefício Acumulado	139.689.078.038,81	139.356.356.296,83	139.105.172.627,09
Total	496.025.957.508,07	494.690.312.169,92	493.483.460.089,96

Fonte: Anexo A do Ofício nº 35/CASNAV-MB, de 26/2/2024

Sensibilidade dos efeitos das tábuas biométricas no passivo das Pensões de Militares

Quanto ao passivo de pensões de militares das Forças Armadas, foi evidenciado que o impacto do desagravamento em -1% das tábuas foi de redução do resultado de R\$ 346.993.073.181,51 para o valor de R\$ 346.932.254.172,07, representando um percentual de 0,02%.

Ao se agravar as tábuas em +1%, observa-se que o impacto no passivo também foi de redução de R\$ 346.993.073.181,51 para R\$ 346.989.386.843,09, representando um percentual de 0,001%.

Tabela 54 – Sensibilidade das Tábuas Biométricas – Pensões de Militares R\$ 1,00

Pensionistas	Tábuas menos 1%	Passivo	Tábuas mais 1%
Direito Adquirido	328.595.174.583,27	328.404.862.612,17	328.189.804.881,66
Benefício Acumulado	18.337.079.588,80	18.588.210.569,34	18.799.581.961,43
Total	346.932.254.172,07	346.993.073.181,51	346.989.386.843,09

Fonte: Anexo A do Ofício nº 35/CASNAV-MB, de 26/2/2024

Sensibilidade dos efeitos das tábuas biométricas no passivo de Anistiados Militares

O passivo atuarial dos anistiados ao serem desagravadas as tábuas biométricas em -1%, aumentou de R\$ 5.507.973.497,04 para R\$ 5.523.261.482,37, representando um aumento de 0,28%. Em relação ao agravamento das tábuas em +1%, o resultado do passivo foi de redução de R\$ 5.507.973.497,04 para R\$ 5.492.814.636,67, representando uma redução de 0,28%.

Tabela 55 – Sensibilidade das Tábuas Biométricas – Anistiados Militares

R\$ 1,00

Anistiados	Tábuas menos 1%	Passivo	Tábuas mais 1%
Direito Adquirido	5.523.261.482,37	5.507.973.497,04	5.492.814.636,67
Total	5.523.261.482,37	5.507.973.497,04	5.492.814.636,67

Fonte: Anexo A do Ofício nº 35/CASNAV-MB, de 26/2/2024

Sensibilidade dos efeitos das tábuas biométricas no passivo de Pensões Especiais Militares

O passivo atuarial das pensões especiais, ao serem desagravadas as tábuas biométricas em -1%, aumentou de R\$ 8.901.871.593,49 para R\$ 8.934.529.537,20, representando um aumento de 0,37%. Em relação ao agravamento das tábuas em +1%, o resultado do passivo foi de redução de R\$ 8.901.871.593,49 para R\$ 8.869.566.714,20, representando uma redução de 0,36%.

Tabela 56 – Sensibilidade das Tábuas Biométricas – Pensões Especiais Militares

R\$ 1,00

Pensionistas Especiais	Tábuas menos 1%	Passivo	Tábuas mais 1%
Direito Adquirido	8.934.529.537,20	8.901.871.593,49	8.869.566.714,20
Total	8.934.529.537,20	8.901.871.593,49	8.869.566.714,20

Fonte: Anexo A do Ofício nº 35/CASNAV-MB, de 26/2/2024

Haja vista os resultados, é possível afirmar que a variação de 1% nas tábuas biométricas não é tão significativa quanto a mesma variação na taxa de juros, muito por conta do efeito exponencial que a taxa de juros proporciona no cálculo do passivo corroborando ao que preceituam os itens 86 e 146 da NBC TSP 15.

11.6 – Das Incertezas da Estimativa

11.6.1 – Proventos de Militares Inativos

Em síntese, na estimativa de proventos de inativos militares as seguintes incertezas estão presentes: (i) volatilidade da taxa de juros brasileira e a consequente incerteza para estimação de uma taxa de longo prazo para ser utilizada como taxa de desconto no cálculo do valor presente atuarial; (ii) probabilidade de o militar ativo chegar vivo e válido com 35 anos de serviço militar e ser transferido para a inatividade e manter-se vivo; (iii) probabilidade de o atual militar ativo ser reformado por motivo de saúde, transferido para a inatividade e manter-se vivo ao longo do tempo; (iv) probabilidade de o atual militar ser desligado do serviço ativo sem nenhum direito remuneratório; (v) probabilidade de o militar veterano válido se manter vivo ao longo do tempo; e (vi) probabilidade de o militar veterano inválido se manter vivo ao longo do tempo.

11.6.2 – Pensões de Militares

Em síntese, na estimativa de pensões de militares as seguintes incertezas estão presentes: (i) volatilidade da taxa de juros brasileira e a consequente incerteza para estimação de uma taxa de longo prazo para ser utilizada como taxa de desconto no cálculo do valor presente atuarial; (ii) probabilidade de o militar falecer durante o período ativo e gerar pensão; (iii) probabilidade de o militar ativo chegar vivo e válido com 35 anos de serviço militar, ser transferido para a inatividade, falecer na inatividade e gerar pensão; (iv) probabilidade de o atual militar ativo ser reformado por motivo de saúde, transferido para a inatividade, falecer na inatividade e gerar pensão; (v) probabilidade de o atual militar ser desligado do serviço ativo sem nenhum direito remuneratório.

11.6.3 – Pensões Especiais de Militares e Anistiados Militares

Em síntese, na estimativa de proventos de pensões especiais de militares e anistiados políticos militares as seguintes incertezas estão presentes: (i) volatilidade da taxa de juros brasileira e a consequente incerteza para estimação de uma taxa de longuíssimo prazo para ser utilizada como taxa de desconto no cálculo do valor presente atuarial; (ii) probabilidade de o recebedor falecer; e (iii) probabilidade de o recebedor possuir beneficiário para reversão do benefício.

11.7 – Riscos Atrelados aos Benefícios Avaliados

A Avaliação Atuarial contida em anexo ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) demonstra que **tais despesas não representam um risco fiscal para a União**.

12 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Abrange as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

A Tabela 57 apresenta o detalhamento do subgrupo “Demais Obrigações a Curto Prazo” por Órgão.

Tabela 57 – Demais Obrigações a Curto Prazo por Órgão R\$ milhares

Órgão	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	127.887	228.674	-44,07	1,84
Comando da Marinha	620.291	575.874	7,71	8,92
Comando do Exército	5.538.286	4.769.476	16,12	79,68
Comando da Aeronáutica	664.395	711.693	-6,65	9,56
Total	6.950.859	6.285.716	10,58	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

O saldo total do subgrupo apresentou variação positiva de 10,58% em relação ao período anterior. A Tabela 58 detalha as “Demais Obrigações a Curto Prazo” por grupos.

Tabela 58 - Demais Obrigações a Curto Prazo - por Grupos R\$ milhares

Órgão	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Outras Obrigações a Curto Prazo	6.004.283	5.331.108	12,63	86,38
Valores Restituíveis	946.042	954.565	(0,89)	13,61
Adiantamentos de Clientes	535	43	1.146,64	0,01
Total	6.950.859	6.285.716	10,58	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

O título “Outras Obrigações a Curto Prazo” apresentava o saldo mais relevante (6,00 bilhões) em 31/12/2023. Desse montante, 99,55% estava registrado em “Outras Obrigações a Curto Prazo – Intra OFSS”, que contempla, principalmente, o item “Transferências Financeiras a Comprovar - TED”, que representa os valores decorrentes de transferências financeiras recebidas por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), pendentes de comprovação, no valor de R\$ 5,98 bilhões. A Tabela 59 apresenta a sua segregação por Órgão.

Tabela 59 - Transferências Financeiras a Comprovar -TED por Órgão R\$ milhares

Órgão	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	123.451	224.629	-45,04	2,07
Comando da Marinha	336.157	315.388	6,59	5,62
Comando do Exército	4.987.285	4.249.318	17,37	83,43
Comando da Aeronáutica	530.571	521.375	1,76	8,88
Total	5.977.465	5.310.710	12,55	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

13 - Obrigações Contratuais a Executar

A Tabela 60 apresenta o detalhamento por órgão das “Obrigações Contratuais a Executar” em 31/12/2023, relacionado a parcelas de contratos que serão executadas em períodos futuros.

Verifica-se que o Comando da Aeronáutica detém 56,59% do valor do subgrupo e possuía um saldo consolidado de R\$ 43,86 bilhões neste item.

Tabela 60 - Obrigações Contratuais - Por Órgão

Órgão	R\$ milhares			
	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	492.622	42.628.225	-98,84	0,64
Comando da Marinha	22.829.400	25.116.936	-9,11	29,45
Comando do Exército	10.324.367	8.272.556	24,80	13,32
Comando da Aeronáutica	43.860.474	46.778.289	-6,24	56,59
Total	77.506.863	122.796.005	-36,88	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

Cumprir registrar que a variação negativa expressiva de 98,84% registrada no Ministério da Defesa, quando comparado com o saldo do exercício anterior, foi em decorrência de correção do registro do Documento Hábil 2022RC000183, Nota de Sistema 2022NS018413, que promoveu o registro de contrato de prestação de serviços nº 024/2022-MD, equivocadamente, no valor de R\$ **41.982.540.001,17**, pela Unidade Gestora 110404 – Departamento de Administração Interna, vinculada à Secretaria de Organização Institucional e Orçamento – SEORI, da Secretaria-Geral – SG/MD.

Instando a se manifestar, a Unidade Gestora informou que o valor correto do contrato em referência era de R\$ 105.360,00, razão pela qual promoveu o estorno do registro inicial por meio do Documento Hábil 2023RC000036, no exercício de 2023. Informou, ainda, que o erro foi decorrente da aposição do número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, da empresa contratada, nº **04.198.254.0001-17** – MCR Sistemas e Consultoria LTDA, no campo valor do Documento Hábil do Siafi.

A seguir, apresenta-se a Tabela 61, que segrega as “Obrigações Contratuais a Executar” de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 61 - Obrigações Contratuais - Composição

Obrigações Contratuais	R\$ milhares			
	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Fornecimento de Bens	47.666.501	53.031.974	-10,12	61,50
Serviço	29.736.125	69.647.051	-57,30	38,37
Empréstimos e Financiamentos	76.722	90.551	-15,27	0,10
Aluguéis	20.969	6.571	219,12	0,03
Seguros	5.167	5.102	1,29	0,01
Demais	1.378	14.756	-90,66	0,00
Total	77.506.863	122.796.005	-36,88	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

As “Obrigações Contratuais a Executar” relacionadas com o fornecimento de bens e de serviços representam 99,87% do total das obrigações assumidas pelos Órgãos componentes do Ministério da Defesa até 31/12/2023.

A Tabela 62 apresenta a seguir a rubrica “Obrigações Contratuais a Executar” detalhada por contratados e Órgãos contratantes.

Tabela 62 - Obrigações Contratuais - Por Contratado

R\$ milhares

CONTRATADOS	CONTRATANTE	Dez/2022	AV (%)
Naval Group Site De Cherbourg	Comando da Marinha	10.670.623	13,77
Saab AB - Projeto Gripen	Comando da Aeronáutica	10.274.307	13,26
Embraer S.A.	Comando da Aeronáutica	9.294.649	11,99
CNO S.A	Comando da Marinha	6.627.993	8,55
On Highway Brasil Ltda	Comando do Exército	4.939.771	6,37
Eurocopter	Comando da Aeronáutica	3.976.291	5,13
Embraer	Comando da Aeronáutica	3.507.059	4,52
Itaguai Construções Navais S/A	Comando da Marinha	2.733.063	3,53
Vibra Energia S.A	Comando da Aeronáutica	2.025.106	2,61
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Comando da Aeronáutica	1.768.026	2,28
Matra Bae Dynamics France (MBDA)	Comando da Aeronáutica	916.157	1,18
Helicópteros do Brasil S/A	Comando da Aeronáutica	907.744	1,17
Helicópteros do Brasil S/A	Comando da Aeronáutica	851.770	1,10
On-Highway_(36519422000115) Inex034/2022.	Comando do Exército	808.610	1,04
Demais	-	18.205.694	23,49
Total		77.506.863	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

Os dados da tabela acima demonstram que os quatorze maiores contratados representam 76,51% do total do Item.

Em relação aos valores registrados no Comando da Aeronáutica, destacam-se contratos firmados com a *SAAB AB - PROJETO GRIPEN*, *EMBRAER* e *EUROCOPTER*, cujos objetos guardam relação com a aquisição de produtos/serviços relacionados à Defesa Nacional.

No âmbito do Comando da Marinha, os contratos com as empresas Naval Group Site of Cherbourg e a Construtora Norberto Odebrecht S.A. representam, aproximadamente, 22,32% do total a ser pago em obrigações contratuais, sendo essas contratadas vinculadas ao PROSUB. A seguir são apresentados os resumos das principais transações:

- a) Naval Group Site of Cherbourg: Contrato firmado com o objetivo de contribuir para dotar o Comando da Marinha de novos submarinos convencionais e submarinos com propulsão nuclear; e
- b) Construtora Norberto Odebrecht S.A. (CNO): Contrato destinado à dotação de infraestrutura para construção, manutenção e apoio de submarinos convencionais e nucleares, por meio de implantação de Estaleiro e Base Naval.

14 – Receita Orçamentária

As receitas previstas para o Ministério da Defesa na Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023, Lei Orçamentária Anual de 2023, foram da ordem de R\$ 20,54 bilhões.

Conforme apresentado na Tabela 63, o valor realizado até 31/12/2023 foi de R\$ 18,91 bilhões, sendo R\$ 17,21 bilhões em Receitas Correntes (90,98% do total) e R\$ 1,71 bilhão em Receitas de Capital (9,02 % do total).

Tabela 63 - Execução da Receita Orçamentária

R\$ milhares

RECEITAS	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Realização (%)	AV (%)
RECEITAS CORRENTES	18.645.065	17.208.725	92,30	90,98
Receitas de Contribuições	11.274.144	11.420.974	101,30	60,38
Receita Patrimonial	4.341.621	2.494.168	57,45	13,19
Receitas de Serviços	2.530.621	2.805.612	110,87	14,83
Outras Receitas Correntes	312.352	330.097	105,68	1,75
Receitas Tributárias	119.909	53.717	44,80	0,28
Receita Industrial	63.148	60.950	96,52	0,32
Transferências Correntes	3.270	42.877	1.311,23	0,23
Receitas Correntes a Classificar	-	329	-	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.890.563	1.705.269	90,20	9,02
Operações de Crédito	1.661.747	1.517.219	91,30	8,02
Amortização de Empréstimos	158.844	145.867	91,83	0,77
Transferências de Capital	43.850	-101	-0,23	0,00
Alienação de Bens	26.122	42.284	161,87	0,22
Total	20.535.628	18.913.993	92,10	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

O item “Receitas de Operação de Crédito” refere-se a “Operações de Crédito Contratuais – Mercado Externo”. A maior realização dessa receita ocorreu no Comando da Aeronáutica (69,75%) e no Comando da Marinha (30,25%), respectivamente, que se referem a aquisições de aeronaves, onde se destaca o projeto GRIPEN, bem como o de submarinos, como o PROSUB.

Quanto às Receitas de “Amortização de Empréstimos”, a maior concentração de valores arrecadados (R\$ 145,63 milhões, ou seja, 99,84%) encontra-se no âmbito da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha do Brasil.

15 – Receitas de Contribuições

Comparando-se o valor arrecadado até dezembro de 2023 com o mesmo período do ano anterior, houve um acréscimo de 0,45% na arrecadação deste grupo, sendo que existe uma grande concentração (77,89%) no Ministério da Defesa. A distribuição do item pode ser demonstrada conforme a Tabela 64.

Tabela 64 - Receitas de Contribuições

R\$ milhares

Órgãos	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	8.896.014	8.621.947	3,18	77,89
Comando da Marinha	853.743	1.113.504	-23,33	7,48
Comando do Exército	1.389.448	1.361.886	2,02	12,17
Comando da Aeronáutica	281.770	273.039	3,20	2,47
Total	11.420.974	11.370.376	0,45	100,00

Fonte: Siafi, em 19/1/2024.

O item “Receitas de Contribuições” refere-se à “Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas”, que registra as receitas originadas da Contribuição paga por militares das Forças Armadas para o custeio das pensões militares.

16 - Receitas de Serviços

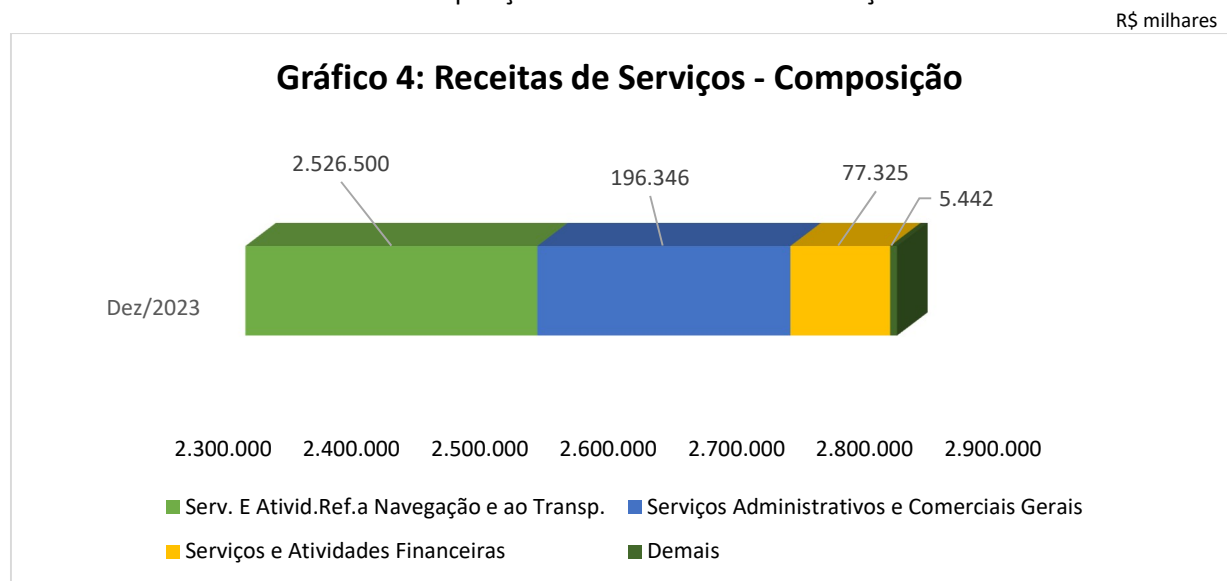
Com relação às Receitas de Serviços, percebe-se que a maior concentração se encontra no Comando da Aeronáutica, correspondendo a 84,23% do total arrecadado, conforme a Tabela 65.

Tabela 65 - Execução da Receitas de Serviços por Órgão

Órgãos	Receitas Realizadas	AV (%)
Ministério da Defesa	6.982	0,25
Comando da Marinha	349.324	12,45
Comando do Exército	86.091	3,07
Comando da Aeronáutica	2.363.216	84,23
Total	2.805.612	100,00

Fonte: Siafi, em 19/10/2023.

O Gráfico 4 demonstra a composição do item “Receitas de Serviços.



Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

17 – Receitas Patrimoniais

A Tabela 66 demonstra que a arrecadação da Receitas Patrimoniais teve um acréscimo de 15,03% quando confrontados os períodos de dezembro de 2023 e dezembro de 2022. A maior realização dessa receita ocorreu no Comando da Aeronáutica (51,26%).

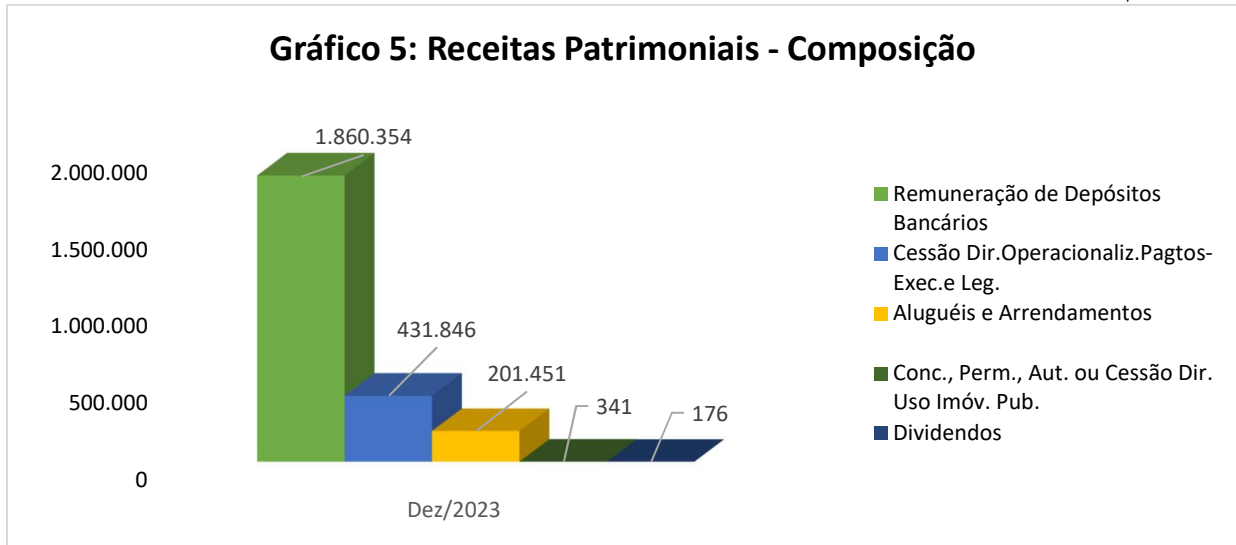
Tabela 66 - Receitas Patrimoniais

Órgãos	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	8.082	7.611	6,19	0,32
Comando da Marinha	561.426	466.830	20,26	22,51
Comando do Exército	646.165	592.983	8,97	25,91
Comando da Aeronáutica	1.278.495	1.100.804	16,14	51,26
Total	2.494.168	2.168.228	15,03	100,00

Fonte: Siafi, em 19/1/2024.

A seguir, o Gráfico 5 apresenta a composição da Receitas Patrimoniais.

R\$ milhares



Fonte: Siafi, em 19/1/2024.

18 – Receita de Alienação de Bens

A Tabela 67 apresenta a arrecadação da Receita de Alienação de Bens por Órgão. Verifica-se que a realização dessa natureza de receita ocorreu predominantemente no Comando do Exército (55,76) e no Comando da Aeronáutica (25,04%).

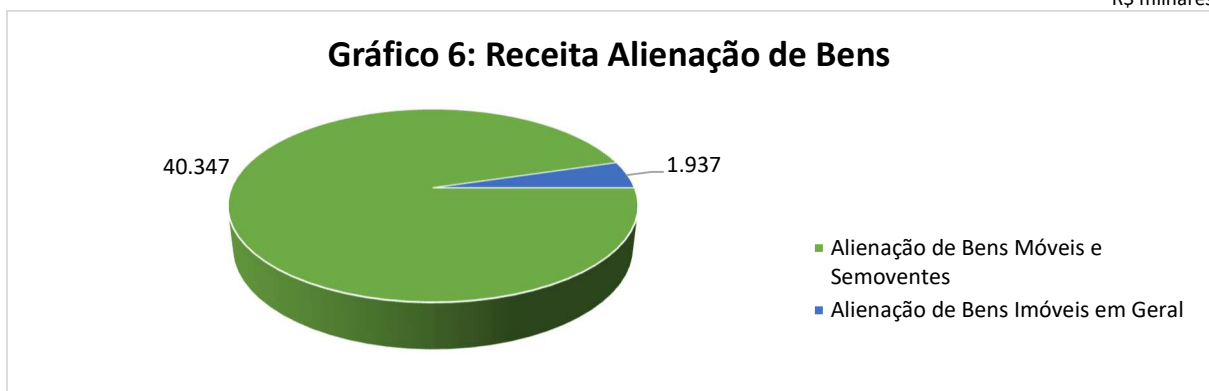
Tabela 67 - Receita de Alienação de Bens

Órgãos	R\$ milhares	
	Dez/2023	AV (%)
Comando da Marinha	8.115	19,19
Comando do Exército	23.579	55,76
Comando da Aeronáutica	10.590	25,04
Total	42.284	100,00

Fonte: Siafi, em 19/1/2024.

O Gráfico 6 a seguir identifica a composição das Receitas de Alienação de Bens.

R\$ milhares



Fonte: Siafi, em 19/1/2024.

19 – Despesas Orçamentárias

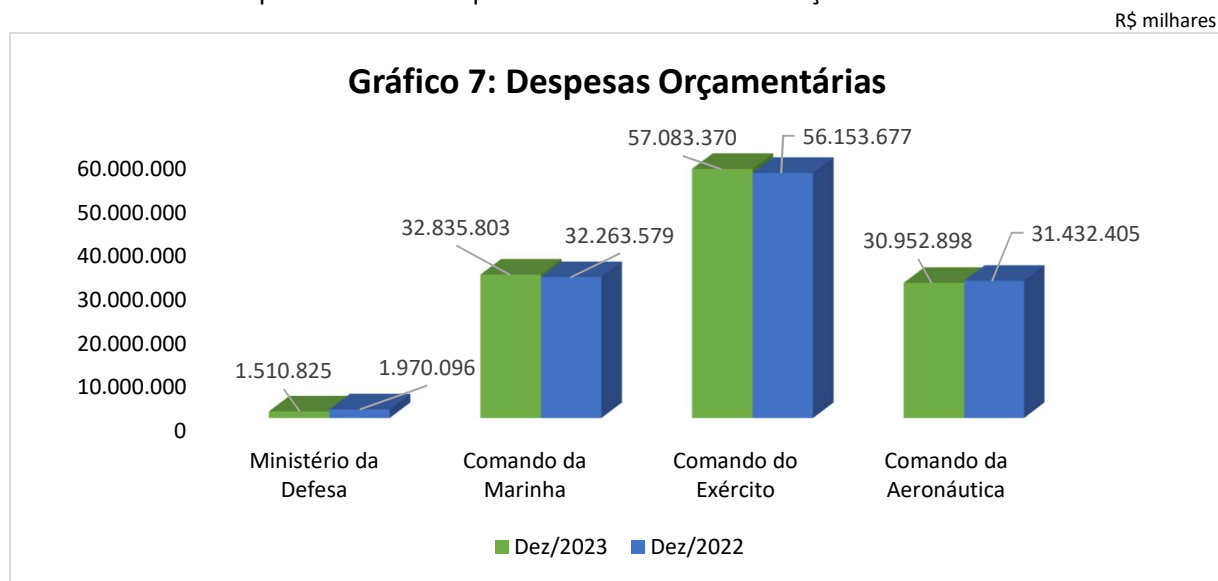
A Tabela 68 compara a despesa orçamentária empenhada no âmbito dos órgãos que compõem o Ministério da Defesa até dezembro de 2023, com o mesmo período do ano anterior. Observa-se que houve uma variação positiva de 0,46%, totalizando cerca de R\$ 122,38 bilhões. A variação mais representativa ocorreu no Comando da Marinha (1,77%); e a distribuição dos valores apresentam o Comando do Exército (46,64%) e o Comando da Marinha (26,83%) como os mais representativos.

Tabela 68 - Despesas Orçamentárias por Órgão R\$ milhares

Órgão	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	1.510.825	1.970.096	-23,31	1,23
Comando da Marinha	32.835.803	32.263.579	1,77	26,83
Comando do Exército	57.083.370	56.153.677	1,66	46,64
Comando da Aeronáutica	30.952.898	31.432.405	-1,53	25,29
Total	122.382.896	121.819.757	0,46	100,00

Fonte: Siafi, em 19/1/2024.

O Gráfico 7 apresentado na sequência ilustra essas informações.



Fonte: Siafi, em 19/1/2024.

A Tabela 69 apresenta a Despesa Orçamentária segregada por Categoria Econômica e Grupo de Despesa.

Tabela 69 - Despesa Orçamentária por Categoria Econômica e Grupo da Despesa R\$ milhares

Categoria Econômica	Grupo da Despesa	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais	95.467.533	92.879.291	2,79	78,01
	Outras Despesas Correntes	16.832.046	16.487.035	2,09	13,75
	Juros e Encargos da Dívida	575.995	591.840	-2,68	0,47
Despesas de Capital	Investimentos	8.303.807	10.390.163	-20,08	6,79
	Amortização/Refinanciamento Dívida	1.000.531	1.224.792	-18,31	0,82
	Inversões Financeiras	202.984	246.636	-17,70	0,17
Total		122.382.896	121.819.757	0,46	100,00

Fonte: Siafi, em 19/1/2024.

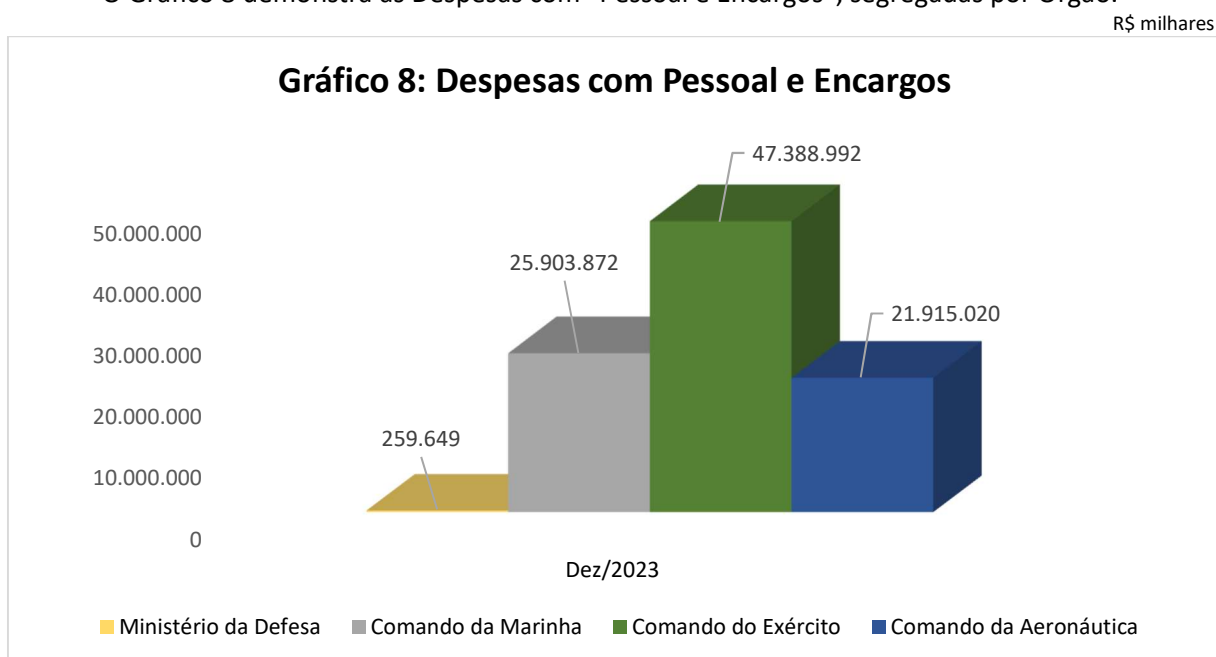
O Grupo de Despesa com maior valor empenhado foi o de Pessoal e Encargos Sociais representando 78,01% do total das despesas.

Em relação ao Grupo de Despesa “Amortização/Refinanciamento da Dívida”, verificou-se que os valores empenhados se encontram no Ministério da Defesa (98,18%) e no Comando da Marinha (1,82%), respectivamente.

Quanto às “Inversões Financeiras”, o grupo é composto pelos itens a seguir: “Concessão de Empréstimos e Financiamentos” (93,27) e “Aquisição de Bens para Revenda” (6,73%).

20 – Despesas com Pessoal e Encargos

O Gráfico 8 demonstra as Despesas com “Pessoal e Encargos”, segregadas por Órgão.



Fonte: Siafi, em 19/11/2024.

Em dezembro de 2023, as despesas empenhadas de “Pessoal e Encargos Sociais” tiveram um aumento de 2,79% em relação a dezembro de 2022. Os Elementos de Despesa mais representativos foram “Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas” (34,56%); “Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Militar” (32,27%); e “Pensões” (28,73%), conforme demonstrado na Tabela 70.

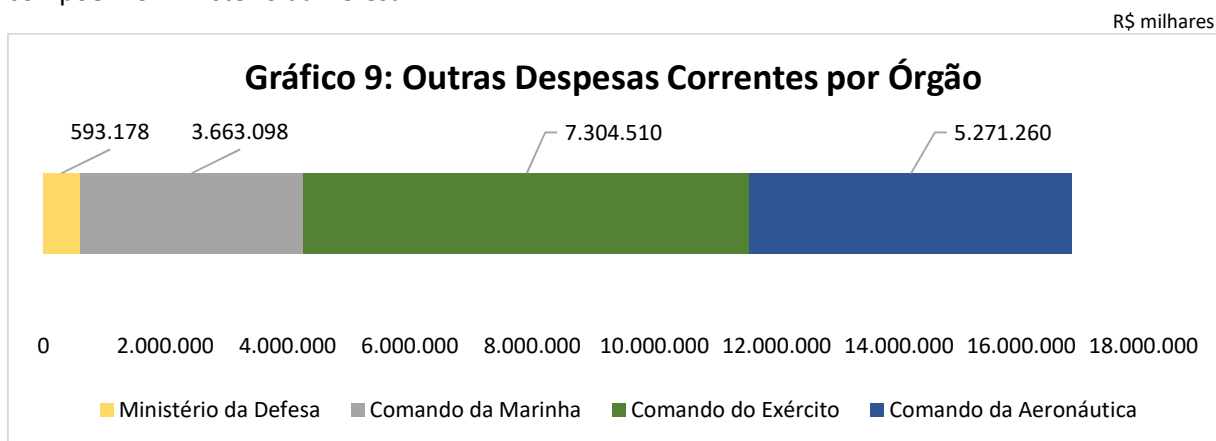
Tabela 70 - Pessoal e Encargos

	R\$ milhares			
	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	32.996.947	31.559.578	4,55	34,56
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	30.808.379	30.410.007	1,31	32,27
Pensões	27.425.490	26.582.422	3,17	28,73
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.767.381	1.726.308	2,38	1,85
Indenizações e Restituições Trabalhistas	849.129	1.082.458	-21,56	0,89
Demais	1.620.206	1.518.517	6,70	1,70
Total	95.467.533	92.879.291	2,79	100,00

Fonte: Siafi, em 19/1/2024.

21 – Outras Despesas Correntes

Em dezembro de 2023, as despesas empenhadas no Grupo “Outras Despesas Correntes” totalizaram R\$ 16,83 bilhões. O Gráfico 9 apresenta essas despesas no âmbito dos órgãos que compõem o Ministério da Defesa.



Fonte: Siafi, em 19/11/2024.

A Tabela 71 apresenta a composição do Grupo de Despesas “Outras Despesas Correntes”. Esse Grupo apresentou um acréscimo de 2,09% no comparativo de dezembro de 2023 com dezembro de 2022. Os Elementos de Despesa que apresentaram os valores mais representativos foram “Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica”, com R\$ 5,95 bilhões; e “Material de Consumo”, com R\$ 5,42 bilhões.

Tabela 71 - Despesas Empenhadas - Outras Despesas Correntes

R\$ milhares

Elementos da Despesa	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Op. Intra Orçam.	5.947.819	6.622.430	-10,19	35,34
Material de Consumo	5.420.086	4.683.340	15,73	32,20
Indenizações e Restituições	1.477.029	1.544.017	-4,34	8,78
Auxílio-Transporte	655.742	594.733	10,26	3,90
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	467.179	436.949	6,92	2,78
Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar	458.410	488.393	-6,14	2,72
Auxílio-Fardamento	407.318	396.773	2,66	2,42
Passagens e Despesa com Locomoção	394.962	368.290	7,24	2,35
Demais	1.603.501	1.352.108	18,59	9,53
Total	16.832.046	16.487.035	2,09	100,00

Fonte: Siafi, em 19/1/2024.

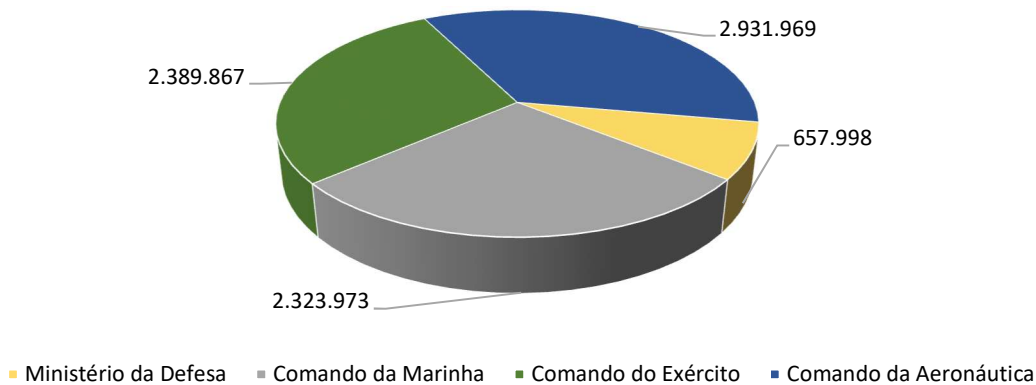
Destacam-se dentre as despesas empenhadas no 4º Trimestre de 2023 no elemento “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídicas – Op. Intra Orçamentária”, o “Serviço Médico-Hospitalar, Odontológicos e Laboratoriais, no montante de R\$ 1,67 bilhão, ou seja, 28,21%; o “Serviços em Itens Reparáveis de Aviação” (R\$ 917,93 milhões), a “Manutenção e Conservação de Bens Imóveis” (R\$ 535,86,26 milhões); dentre outros.

22 – Despesas de Investimentos

As despesas de investimentos, no 4º trimestre de 2023, corresponderam a 6,79% do total empenhado no período (Tabela 69), ou seja, R\$ 8,30 bilhões. O Gráfico 10 apresenta a distribuição por órgão das despesas empenhadas no Grupo.

R\$ milhares

Gráfico 10: Despesa Orçamentária - Investimentos



Fonte: Siafi, em 19/1/2024.

Em comparação ao mesmo período do exercício anterior, houve decréscimo 20,08% do valor empenhado, conforme demonstrado na Tabela 72.

Tabela 72 - Despesas Orçamentárias – Investimentos

R\$ milhares

Grupo da Despesa - Investimentos	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Equipamentos e Material Permanente	4.197.087	5.340.591	-21,41	50,54
Obras e Instalações	1.535.429	1.989.224	-22,81	18,49
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	1.181.785	1.900.594	-37,82	14,23
Material de Consumo	1.171.921	953.333	22,93	14,11
Demais	217.585	206.420	5,41	2,62
Total	8.303.807	10.390.163	-20,08	100,00

Fonte: Siafi, em 19/1/2024.

O item com maior participação foi o relativo a “Equipamentos e Material Permanente” com 50,54% do total e contempla investimentos com itens como “Equipamentos, Peças e Acessórios Aeronáuticos” (R\$ 1,51 bilhão); “Carros de Combate (R\$ 583,35 milhões); e “Embarcações” (R\$ 324,34 milhões).

23 - Restos a Pagar

A Tabela 73 e o Gráfico 11 apresentam a execução, nos órgãos que compõem o Ministério da Defesa, dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP) até dezembro de 2023.

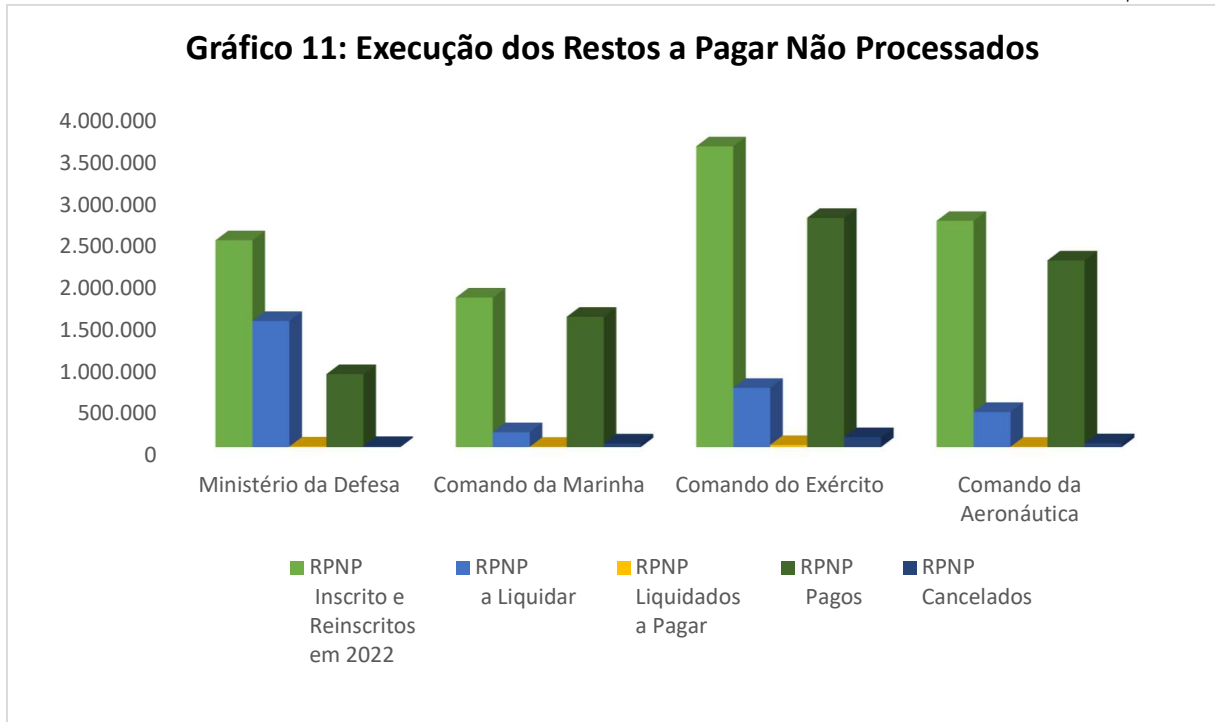
Tabela 73 – Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados

R\$ milhares

Órgão	RPNP Inscrito e Reinscrito em 2022	RPNP a Liquidar	RPNP Liquidado a Pagar	RPNP Pago	RPNP Cancelado	(%) RPNP a Liquidar	(%) RPNP Liquidado a Pagar	(%) RPNP Pago	(%) RPNP Cancelado
Ministério da Defesa	2.470.934	1.508.111	7.692	872.602	14.460	61,03	0,31	35,31	0,59
Comando da Marinha	1.786.925	179.160	4.767	1.557.753	45.245	10,03	0,27	87,18	2,53
Comando do Exército	3.592.967	708.488	25.898	2.738.695	119.886	19,72	0,72	76,22	3,34
Comando Aeronáutica	2.702.638	420.937	3.909	2.230.422	47.370	15,58	0,14	82,53	1,75
Total	10.553.465	2.816.696	42.265	7.399.472	226.961	26,69	0,40	70,11	2,15

Fonte: Siafi, em 19/1/2024.

R\$ milhares



Fonte: Siafi, em 19/1/2024.

Em relação a execução dos Restos a Pagar Não Processados, verifica-se que 26,69% dos valores inscritos ou reinscritos no encerramento do exercício de 2022 encontram-se pendentes de liquidação, tendo sido pagos 70,11%, cerca de R\$ 7,40 bilhões em valores absolutos, até dezembro de 2023.

A Tabela 74 e o Gráfico 12 apresentam a execução dos Restos a Pagar Processados (RPP) até dezembro de 2023.

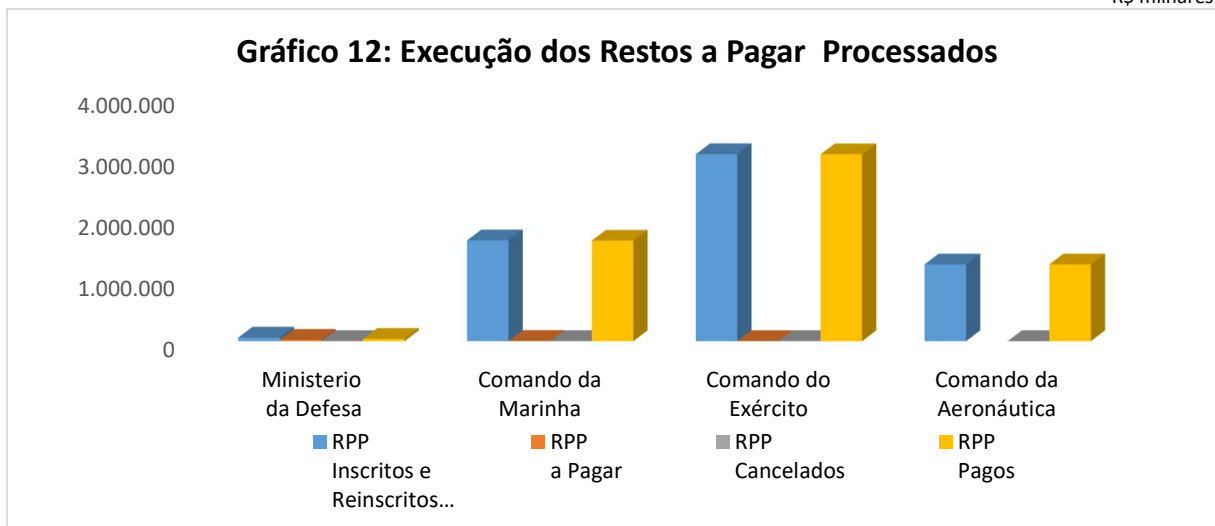
Tabela 74 – Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados

R\$ milhares

Órgão	RPP Inscrito e Reinscrito em 2022	RPP a Pagar	RPP Cancelado	RPP Pago	(%) RPP a Pagar	(%) RPP Cancelado	(%) RPP Pago
Ministério da Defesa	57.102	20.400	657	36.045	35,73	1,15	63,12
Comando da Marinha	1.638.687	3.137	554	1.634.997	0,19	0,03	99,77
Comando do Exército	3.045.435	1.125	752	3.043.558	0,04	0,02	99,94
Comando Aeronáutica	1.247.841		188	1.247.652	0,00	0,02	99,98
Total	5.989.066	24.662	2.152	5.962.251	0,41	0,04	99,55

Fonte: Siafi, em 19/1/2024.

R\$ milhares



Fonte: Siafi, em 19/1/2024.

Em relação a execução dos Restos a Pagar Processados, verifica-se que 99,55% dos valores inscritos ou reinscritos no encerramento do exercício de 2022 foram pagos, cerca de R\$ 5,96 bilhões em valores absolutos, até dezembro de 2023.

24 – Ativos Contingentes – Bens Imóveis

Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade

O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou, no âmbito do Ministério da Defesa, uma Auditoria Financeira integrada com Conformidade (TC 018.960/2022-7).

Dentre os achados resultantes da auditoria realizada, cabe ressaltar o reconhecimento no patrimônio da entidade de direitos referentes a bens imóveis em discussão judicial.

Ocorre que, de acordo com o item 5.1.4 da Macrofunção “020344 – Bens imóveis” do SIAFI, os bens imóveis, cuja demarcação, posse ou propriedade esteja sendo discutida administrativa ou judicialmente, não deverão ser reconhecidos como ativos.

Diante disso, o valor patrimonial de imóveis jurisdicionados ao Exército Brasileiro foi retirado do Ativo Imobilizado e classificado como Ativo Contingente, no montante de R\$ 734,10 milhões conforme dados a seguir (Tabela 75):

Tabela 75 – Ativos Contingentes – Bens Imóveis R\$ milhares

Órgão	Conta Corrente	Dez/2023	AV (%)
Comando do Exército	Comando da 9ª.Região Militar	402.330	54,81
	Comando da 2ª Regio Militar	220.736	30,07
	Comando 5ª Região Militar	45.653	6,22
	Hospital Geral de Salvador -Instalações	28.390	3,87
	Hotel de Trânsito Amaralina - Ba060037	18.515	2,52
	Comando da 11ª Região Militar	9.507	1,30
	Hotel de Trânsito Amaralina Ba060028	7.810	1,06
	Hotel de Trânsito de Amaralina - Ba060029	1.149	0,16
Total		734.090	100,00

Fonte: Siafi, em 26/10/2023.

25 – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC

O Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou cotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

A Tabela 76 apresenta o detalhamento do subgrupo “Adiantamento para Futuro Aumento de Capital” por Órgão.

Tabela 76 – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC R\$ milhares

Órgão	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Comando da Marinha	1.255	284	342,43	3,58
Comando do Exército	33.765	27.920	20,93	96,42
Total	35.020	28.204	24,17	100,00

Fonte: Siafi, em 31/1/2024.

O AFAC, que apresentou variação positiva de 24,17% se comparado ao período anterior, está registrado no Comando do Exército (96,42%) e no Comando da Marinha (3,58%), no âmbito da Indústria de Material Bélico do Brasil – Imbel e da Amazônia Azul Tecnologia de Defesa S.A – Azul, respectivamente.

26 – Demais Reservas

O item “Demais Reservas” é composto pelas reservas de reavaliações de imóveis, móveis e intangíveis.

Tabela 77 – Demais Reservas - Composição R\$ milhares

Composição	Dez/2023	AV (%)
Reavaliação de Bens Imóveis - RIP	29.555.850	99,80
Reavaliação de Bens Móveis	59.032	0,20
Reavaliação de Bens Intangíveis	139	0,00
Total	29.615.020	100,00

Fonte: Siafi, em 19/1/2024.

O item Reavaliações de Bens Imóveis – RIP representa o saldo das reavaliações realizadas nos exercícios de 2021, 2022 e 2023, a maior ou a menor, deduzidas de eventuais baixas de amortizações acumuladas.

A tabela 78 apresenta a distribuição dos saldos por órgão.

Tabela 78 – Reavaliação de Bens Imóveis – RIP R\$ milhares

Órgãos	Dez/2023	AV (%)
Ministério da Defesa	41.981	0,14
Comando da Marinha	3.391.728	11,48
Comando do Exército	6.032.803	20,41
Comando da Aeronáutica	20.089.338	67,97
Total	29.555.850	100,00

Fonte: Siafi, em 19/1/2024.

Na Nota Explicativa 6 – Imobilizado, são detalhadas as atualizações de saldos ocorridas em Bens Imóveis, com reclassificações e reavaliações.

27 - Conformidade Contábil

A conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação de que as demonstrações contábeis geradas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) estão de acordo com a Lei nº 4.320/1964, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e com os procedimentos descritos na Macrofunção 020315 do Manual Siafi, além de permitir a sinalização de situações que possam causar distorções relevantes nos valores evidenciados.

O processo de conformidade contábil está estruturado da seguinte forma:

- I. **Setorial Contábil de Unidade Gestora** – responsáveis pelo acompanhamento da execução contábil de um determinado número de unidades gestoras executoras;
- II. **Setorial Contábil de Órgão** – responsável pelo acompanhamento da execução contábil de determinado órgão, compreendendo as unidades gestoras a este pertencentes;
- III. **Setorial Contábil de Órgão Superior** – unidade de gestão interna dos Ministérios e órgãos equivalentes, responsáveis pelo acompanhamento contábil dos órgãos e entidades vinculados; e
- IV. **Secretaria do Tesouro Nacional** – órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, responsável pela conformidade do Balanço Geral da União.

Os gestores e os profissionais de contabilidade são conjuntamente responsáveis pela conformidade das demonstrações contábeis: os gestores, por praticarem os atos e fatos que promovem impacto nessas demonstrações; e os profissionais de contabilidade, por analisarem as informações e proporem as soluções para corrigirem eventuais inconsistências contábeis.

Além dos processos de conformidade contábil realizados mensalmente, ao final do exercício, as Setoriais Contábeis de Órgão Superior encaminham para a STN/ME a Declaração do Contador. Nessa declaração, o contador responsável de cada órgão evidenciará se os demonstrativos contábeis constantes do Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido) refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial. Se tudo estiver de acordo com as normas aplicáveis, o contador registra a Declaração Plena. Se houver apontamentos, registra a Declaração com Ressalva.

Os órgãos superiores devem envidar esforços para correção dos problemas contábeis durante o exercício que ensejem no registro de restrições contábeis, na conformidade mensal.

Havendo a permanência de restrições contábeis ao final do exercício, deverão ser devidamente justificadas por meio da Declaração do Contador, com a finalidade de esclarecer os motivos da permanência das restrições apontadas.

Tabela 79 – Restrições Contábeis no Mês de Dezembro de 2023.

Órgão	Restrições Contábeis
Ministério da Defesa	Não foram registradas restrições contábeis em dezembro de 2023.
Comando da Marinha	Não foram registradas restrições contábeis em dezembro de 2023.
Comando do Exército	Não foram registradas restrições contábeis em dezembro de 2023.
Comando da Aeronáutica	Não foram registradas restrições contábeis em dezembro de 2023.

Fonte: Siafi, em 19/1/2024.

28 – Declaração do Contador

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (Órgão Superior)		Código do Órgão	
MINISTÉRIO DA DEFESA		52000	
<p>A presente declaração refere-se às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Ministério da Defesa e suas Notas Explicativas em 31 de dezembro de 2023.</p> <p>Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022 e é pautada na Macrofunção 02.01.35 – Conformidade Contábil presente no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).</p> <p>De acordo com as análises realizadas no balancete contábil, nas demonstrações contábeis e nos auditores contábeis do SIAFI, DECLARO que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2023, dos órgãos subordinados 52000 – Ministério da Defesa, 52131 – Comando da Marinha, 52121 – Comando do Exército e 52111 – Comando da Aeronáutica, refletem, em seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial.</p> <p>Relação de órgãos subordinados que apresentaram Declaração Plena:</p> <p>52000 – Ministério da Defesa 52131 – Comando da Marinha 52121 – Comando do Exército 52111 – Comando da Aeronáutica</p> <p>Cumpre registrar que, as informações que tratam dos elementos atuariais inseridas na Nota Explicativa 11 – “Provisões do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPAMFA)”, são de responsabilidade técnica da Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais – (SEPESD), da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa, com apoio técnico da Diretoria de Finanças da Marinha (DFM) e do Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV), relativos à remensuração das estimativas do passivo atuarial das pensões de militares, dos benefícios de militares inativos, das pensões especiais de militares e dos anistiados das Forças Armadas.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta Declaração.</p>			
Local	Brasília/DF	Data	31/01/2024
Contador Responsável	Antônio Luiz Almeida	CRC nº	011766/0-8